

MONTI
ADVOGADOS
CONSULTORIA JURÍDICA

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA /CE**

ENUNCIADOS DAS TURMAS RECURSAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO
MARANHÃO, ATUALIZADOS PELOS JUÍZES
INTEGRANTES DAS TRCCs NA REUNIÃO DE 23
DE NOVEMBRO DE 2009.

26 – Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº.
11945/2009 porque infringe o princípio da
dignidade da pessoa humana, fundamento
básico do estado de direito da República
Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião do
dia 31/08/09).

ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS, brasileiro, casado, agricultor, portador da carteira de **identidade nº 302162596SSP/CE, CPF nº 773.473.743-91**, residente e domiciliado na Rua Amâncio Marinho, nº1368, Bairro: Bela Vista, Russas/CE, **CEP: 62.900-000**, por seu(s) advogado(s) subscrito, **Rafael de Souza Rezende Monti**, advogado inscrito na OAB/CE sob o n. 18044, com escritório profissional na Rua do Rosário, 77, sala 604, Centro, Fortaleza-CE, CEP 60.055-090, tel/Fax: (085) 3231-6493, onde recebe avisos e intimações, vem à presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA

Em Face de **MAPFRE VERA CRUZ S.A**, CNPJ610741750001-38, com endereço na Av. Antônio Sales, nº 1357, sala 11/14 Bairro Joaquim Távora, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.135-100, e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, bairro centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep: 20.031-201, com base na lei n.º 6194/74, Lei 8.078/90, art. 100, I (Código Defesa Consumidor), e art. 275, I,II, alínea “e” do CPC pelas razões de fato e direito adiante aduzidas

MONTI ADVOGADOS - Rua do Rosário, nº 77, sala 604, Ed. Empresarial Comandante Vital Rolim, Centro, Fortaleza – CE
CEP 60.155-090 - Tel/fax: (85) 32316493 Email: montiadvogados@yahoo.com.br

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer o autor a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, por ser pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições de dispor de qualquer importância para recolher custas e despesas processuais, honorários de advogados, peritos e demais gastos.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 5º, inciso LXXIV c.c artigo 4º da lei 1.060/50, sob as cominações da Lei 7.115/83, requer a concessão da gratuidade da justiça.

DOS FATOS

O requerente trafegava em uma motocicleta, quando um cachorro atravessou a pista, em consequência colidiu com o animal, vindo a cair. Em virtude do acidente, a vítima sofreu fratura na falange do 3º quirodáctilo esquerdo. Fatos estes devidamente comprovados através de B.O e documentos anexos.

Em 06/02/2012, o requerente recebeu administrativamente a importância de **R\$2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** referente a indenização por invalidez decorrente do seguro obrigatório – DPVAT.

Ocorre que o valor da indenização a ser paga em decorrência do evento invalidez coberto pelo Seguro Obrigatório de veículos é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme determina o inciso II do artigo 3º da Lei 11.482/07, visando a presente ação o recebimento da indenização devida.

Ressalte-se que o autor sofreu lesões que lhe causaram invalidez permanente, conforme laudo médico anexo, **RECONHECIDA ADMINISTRATIVAMENTE PELA PRÓPRIA SEGURADORA QUANDO PAGOU O VALOR PARCIAL.**

Assim, o requerente **tem direito a receber R\$11.137,50 (onze mil e cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)** **ACRESCIDOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DESDE O PAGAMENTO A MENOR.**

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO:

NOME DO BENEFICIÁRIO	ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS
VALOR RECEBIDO	R\$2.362,50
DATA DO RECEBIMENTO	06/02/2012
VALOR ESTABELECIDO NA LEI 11.482/2007	R\$ 13.500,00
CRÉDITO DEVIDO	R\$11.137,50

A memória de cálculo fora elaborada tomando-se como base a data do efetivo pagamento e neste valor não estão incluídos correção monetária e juros legais de 1% ao mês, e tão pouco honorários de advocacia.

DO DIREITO

SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

O Seguro Obrigatório – DPVAT foi criado pelo **Decreto-Lei nº 73/66**, que no art. 20, alínea “b”, determina:

Art. 20 – “Sem prejuízo do disposto em Leis especiais, são obrigatórios os seguros de:
a) – (...)
b) – responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestre, fluvial, lacustre e marítima, de aeronaves e de transportadores em geral;”

O valor da indenização a ser pago decorrente do Seguro Obrigatório é de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme determina a lei.

Dispõe a alínea "II" do art. 3º, da Lei 11.482 de 2007:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

MONTI
ADVOGADOS
CONSULTORIA JURÍDICA

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente; (grifamos)

Assim, a presente demanda visa condenar a ré ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório - DPVAT pago administrativamente em razão da invalidez permanente, com esteio no valor estipulado pela Lei 11.482/2007, no art. 3º inciso II.

**DA INCONSTITUCIONAL MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451, PUBLICADA EM 16/12/2008
 CONVERTIDA NA LEI 11.945/09 E SUA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Na Exposição de Motivos onde se submeteu ao Presidente da República o projeto de Medida Provisória 451/2008 que alterou artigos da Lei 6.194/1974 foi alegado que “ os *altos índices de acidentes de trânsito no País, o seguro DPVAT tem sido alvo de crescimento expressivo de ações judiciais, em especial decorrentes dos sinistros por invalidez, tendência que aumenta a necessidade de provisões para arcar com os compromissos futuros, colocando em risco sua solvência.*

Ora Excelência, “ nem de longe “ isso é matéria urgente, até porque a Lei do Seguro DPVAT é datado de 1974, ou seja, de 34 (trinta e quatro) anos atrás, e em todos esses anos, não se teve notícias de “ quebra de solvência “ de quaisquer seguradora, muito ao contrário, o número crescente de acidentes ocorre em razão da explosão no aumento de veículos automotores no Brasil em cada ano.

Não é demasiado ressaltar que existe todo um estudo, uma sistemática, a respeitar, no que tange ao valor estipulado acerca do quantum para a cobrança de apólice de seguros, que se aplica também à apólice ou bilhete do seguro DPVAT, sobre o tema bem assevera Sergio Cavalieri Filho, in Programa de Responsabilidade Civil, 7 ed. Revista e Ampliada, 2007, p, 414:

*A toda evidência, o valor da contribuição de cada integrante dessa comunidade em risco para a formação do fundo comum dependerá do conhecimento antecipado do número de sinistro que poderão ocorrer num determinado período. E é aqui que entram os **cálculos das probabilidades** e a lei dos grandes números, **Através das estatísticas é possível saber, com grande aproximação, o número de ocorrências de determinados eventos em uma certa comunidade durante determinado espaço de tempo, de forma a permitir ao segurador a calcular, mediante tabela de previsões, o volume provável de sinistros que irão ocorrer e o montante das indenizações que terão de ser pagos num***

MONTI
ADVOGADOS
CONSULTORIA JURÍDICA

determinado período futuro. Com base nesse cálculo de probabilidade ou atuarias, avalia-se o total dos prêmios a serem rateados pelos segurados. Há uma regra que se tem revelado constante: enquanto os riscos grupados são universais e gerais, os sinistros são limitados e particulares” (G.N.)

Portanto, ficam totalmente afastadas as razões aludidas nas Exposições de Motivos de que trata a MP 451/08 referentes á imprevisibilidade do provável número de sinistros. Ora, Exa. as Seguradores sempre realizam seus cálculos de *quantum* a ser cobrado com relação ao valor do prêmio do seguro DPVAT baseando-se no número de sinistro. Logo a cada sinistro computado, hipoteticamente, temos uma indenização a ser paga a ser devido beneficiário. A MP 451/08 tenta, de maneira sórdida, diminuir o direito do segurado, que hodiernamente tem consciência do poder jurídico a que faz jus, e em razão exerce-o eficazmente diminuindo os volumes em seus cofres, que vale ressaltar tratar-se de **locupletamento ilícito.**

BREVE ANÁLISE DOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS DA MEDIDA PROVOSÓRIA
--

É certo que a nossa Constituição Federal, no artigo 59, inciso V, inova o nosso ordenamento jurídico coma figura da medida provisória, no entanto, o artigo 62, traça os liames básicos formais da edição da Medida Provisória, condicionando-as aos casos “ de relevância e urgência “, *in verbis*:

Art. 62 CR - Em caso de **RELEVÂNCIA e URGÊNCIA** o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força da lei, devendo submetê-las de imediato Congresso Nacional, que estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.
(Grifamos)

Do texto constitucional supra descrito, evidencia-se, á toda evidência, que, dois são os requisitos materiais para a **validade mandamental** do dispositivo e **a ausência de qualquer um deles, importa na sua flagrante inconstitucionalidade.**

É de bom alvitre salientarmos que os dois requisitos mencionados devem estar presentes simultaneamente no momento da edição da Medida Provisória, pois o texto constitucional disciplinador, contendo a conjunção aditiva **e** não dá idéia de alternatividade, mas sim de concomitância.

MONTI
ADVOGADOS
CONSULTORIA JURÍDICA

É sabido que, quando o legislador ordinário ou, mesmo o constitucional, estabelece no texto legislativo a existência de **requisitos formais e materiais**, como elementos integradores da norma legal, está, iniludivelmente, determinando ao intérprete e ao aplicador da lei a verificação vestibular daqueles como condição indispensável ao deferimento do *direito pleiteado* pelo cidadão.

Tais requisitos, em última análise, são a essência da norma disciplinadora de alguma situação de fato apontada pelo particular e que precisa ser reconhecida para ser protegida. Em consequência, somente ante a concorrência efetiva e a verificação real pelo o aplicador de tais requisitos constantes da norma legal é que poderá, então, verificar se àquela, reclamada pelo interessado, se ajusta ao fato por ele descrito.

Por outro lado, quando o legislador ordinário *normaliza* determinada situação de fato ocorrente na sociedade, estabelecendo as regras necessárias ao reconhecimento do *direito reclamado pelas partes*, determina, via de regras, os requisitos que devem ser satisfeitos pelas partes reclamantes ou interessadas para reconhecimento do *direito reclamado*.

Do mesmo modo e, aqui, adentrando propriamente na questão em discussão, quando a autoridade pública, no caso em estudo – o Presidente da República, em face do mandamento constitucional resolve atuar na condição de **legislador unipessoal extraordinário, está na estrita obrigação legal de editar norma que guarde íntima e total consonância com o texto da lei fundamental sob pena de indisfarçável ofensa a este e eventual cometimento de crime de responsabilidade por abuso de poder.**

Por se tratar de *norma de caráter coativo e de imediata aplicação* no mundo jurídico, indo atingir situações de fato no âmbito da sociedade e, como Por ele, **o exame preliminar dos requisitos constantes do preceitos constitucional sem prejuízos, evidentemente, do exame político.**

Se assim não fosse, ou seja, a existência de uma suposta e total liberdade concedida à autoridade pública para a emissão de texto com forçada lei, por certo não teria o legislador constitucional se referido à exigência daqueles requisitos – RELEVÂNCIA E URGÊNCIA – como exigência indispensável para a validade substancial de futura lei.

Como já acentuamos, a integração da norma constitucional, só se perfectibiliza com a ocorrência simultânea de seus requisitos formadores. Como decorrência, a edição da **Medida Provisória nº 451/2008, artigos 19, 20 e 21**, não estão alicerçadas nos dois requisitos mencionados, portanto, deve ser declarada *nula de pleno direito* por ausência de

MONTI
ADVOGADOS
CONSULTORIA JURÍDICA

pressupostos essenciais previsto no texto constitucional, **sendo, por conseguinte** **inconstitucional a lei em que foi convertida a MP 451/2008, qual seja, a Lei nº 11.945/2009 especialmente em seus arts. 31 e 32º**, que é inócua para disciplinar qualquer situação e, muito menos, para *restringir direitos* porventura já reconhecidos de outro modo, que é justamente o caso em epígrafe, em que a jurisprudência já havia pacificado o entendimento de que a indenização a ser paga no caso de seguro obrigatório de danos pessoais seria de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

DO PEDIDO

Diante do exposto, sendo pacífica a legitimidade passiva e a existência do direito do Autor, bem como preenchidos todos os pressupostos necessários, requerer a Vossa Excelência o que segue:

- a. A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, com fulcro na Lei nº 1.060/50;
- b. Seja a presente ação processada pelo rito sumário, conforme dispõe o art. 275, II do CPC;
- c. **a citação** do requerido, via postal, mediante aviso de recebimento - AR, para compor a lide e querendo conteste a presente, sob pena de revelia e confissão ficta;
- d. Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, **declarando a inconstitucionalidade e dos artigos 19, 20 e 21 da medida provisória nº 451/2008, convertida na Lei 11.945/09, arts. 31 e 32,** determinando que a Ré pague ao Autor a importância do prêmio do Seguro Obrigatório relativo a sua invalidez, independente do grau da lesão, **no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- e. **Alternativamente**, caso não seja este o entendimento de Vossa Excelência, que seja designada a realização de perícia médica por profissional a ser indicado pelo MM. Juiz ou pelo IML para aferição do grau da lesão do autor e aplicação da tabela da Lei 11.945/09, facultando às partes nomearem assistentes nos termos do art. 421 §1º. do CPC.,

MONTI
ADVOGADOS
CONSULTORIA JURÍDICA

- f. Que a Ré seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa:
- g. Requerer o julgamento antecipado da lide, com fulcro no antigo 330, I do CPC, tendo em vista a matéria tratar-se exclusivamente de direito sem a necessidade de maiores dilações probatórias:

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito. Caso vossa excelência não entenda pelo julgamento antecipado da lide, **indica e requer desde já** prova documental, testemunhal e tantas outras se façam necessárias ao deslinde da presente demanda.

Atribui a causa o valor de **R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais)**

Nestes termos
Pede deferimento.

Fortaleza/CE, 22 de abril de 2014.

RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI
OAB/CE 18.044

PROCURAÇÃO**OUTORGANTE:**

Nome: <u>Antonio Marcos da Silva Freitas</u>		Nacionalidade: <u>BRASILEIRA</u>	
Estado Civil: <u>Casado</u>	Profissão: <u>Agricultor</u>	Carteira de Identidade: <u>302162596</u>	
CPF nº: <u>773473743-91</u>	Residência: <u>R. Amancio Mariano, 1368</u>		
Bairro: <u>Bela Vista</u>	Cidade: <u>Russas</u>	Estado: <u>CE</u>	CEP: <u>62900.000</u>

OUTORGADO:

RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI, brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/CE sob o nº 18.044, portador do RG nº M8.119.595 SSP/MG e CPF nº 948.672.326-53, com escritório profissional no seguinte endereço: 1) Rua do Rosário, nº 77, sala 604, Ed. Comandante Vital Rolim, Centro – Fortaleza – CEP 60.055-090. Fone / Fax: (85) 3231-6493.

PODERES:

Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui, os outorgados, suas bastantes procuradores, conferindo-lhe os poderes da cláusula "*ad judicium et extra*", podendo agir em conjunto ou separadamente perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como conferindo os poderes especiais para promover a Ação Judicial competente para o recebimento da indenização que lhe cabe, como beneficiário, em virtude de acidente de trânsito, cobertos pelo seguro DPVAT, junto a qualquer companhia de seguro conveniada a FENASEG, participante do Convenio DPVAT, podendo firmar compromissos, contratos, promover ações de seu interesse, podendo representar em qualquer juízo com poderes para promover, acordos judiciais e extrajudiciais e demais atos necessários dos interesses dos serviços contratados podendo ainda, transigir, requerer, juntar e retirar documentos, assinar livros, termos, recibos, dar ou receber quitações, firmar autorizações de pagamentos ou créditos de indenização de sinistro **receber intimações para audiência e perícias médicas**, em nome do outorgante, enfim todos os poderes necessários para o cumprimento amplo do objeto do presente mandato.

FORTALEZA (CE), 03 de abril de 20 14

Antonio Marcos da Silva Freitas
Outorgante

DECLARAÇÃO

Eu, Antonio Marcos da Silva Freito, brasileiro, Casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade/RG nº 302162596 -SSP/CE, e inscrito no CPF/ME sob o nº 773493743-91, residente e domiciliado na cidade de Russas, estado de Ceará, na Rua R. Amancio marinho, nº 1368 Ozela vista, declaro para os devidos fins que possuo hiposuficiência financeira, não possuindo condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejudicar o meu sustento próprio e o de minha família, consoante o que dispõe a Lei nº 1.050/60.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Fortaleza (CE), 03 de abril de 20 14

Antonio Marcos da Silva Freito

Declarante

Width1Vid
dm3Vid
H983Vid
H3V/IdH8
843



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS

BOLETIM DE OCORRÊNCIA
1004026



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA
REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
RUSSAS - CE

Width1Width3Width993Width3Width8443

BOLETIM DE OCORRÊNCIAS - B.O.

➤ **DADOS DA OCORRÊNCIA**
NATUREZA DO FAITO: ACIDENTES - OUTROS
Nº B.O.: 541-03585/2011 CIOPS. -
DATA/HORA DA COMUNICAÇÃO: 30/11/2011 11:22
DATA/HORA DA OCORRÊNCIA: 06/08/2011 18:15
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA: R. RAUL BARBOSA
PLANALTO DE BELA VISTA RUSSAS/CE
PONTO DE REFERÊNCIA: EM FRENTE A CORREIO
MATERIAL(S) ROUBADO(S): APREENDIDO(S).

HISTÓRICO: Informa a vítima que em data e hora acima citadas, estava pilotando uma motocicleta marca Honda CG 125, cor vermelha, placa HUC 6892, CG125BR1382073, EM NOME DE JOSÉ LUIS DE ALMEIDA, quando um animal (cachorro) atravessou a pista, sendo que a vítima não conseguiu desviar e colidiu no referido animal. QUE em virtude da colisão, a vítima caiu do veículo e fraturou um dos dedos da mão esquerda. QUE a vítima foi atendida no Hospital de Saúde de Russas. QUE no dia 09/09/2011, a vítima fez cirurgia em supracitado dedo. E nada mais havendo, dá-se por encerrada a presente ocorrência.

➤ **DADOS DA VÍTIMA**
NOME: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS
RG: 302162596 ORG?O EMISSOR: SSP UF: CE
DATA DE NASCIMENTO: 09/10/1977
FILIAÇÃO: JOSÉ JACO SANTIAGO DE FREITAS
ADELIA GERARDA DA SILVA FREITAS
ENDEREÇO: R. AMANCIO MARINHO 1368
PLANALTO DA BELA VISTA 62.900-000
RUSSAS-CE

TELEFONE: 94191944



A presente cópia é assinada...

06/08/2011
38
RUA DOS INFERNOS DE
ESCRITÓRIO DE POLÍCIA CIVIL
MAY 13/09/2011

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS, protocolado em 28/04/2011 às 14:06:00 no número 0855157-89.2014.8.06.0001 e cópia para conferência do original, acessar o link: https://esaj.tjce.jus.br/consultas/Processo/ConsultaDocumento.do, informe o processo 0855157-89.2014.8.06.0001 e código 13199909.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

MATRÍCULA: 133970-1-5

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

VISTO DO DELEGADO(A):

Rita dos Impossíveis de Deus

ESCRIVÃ DE POLÍCIA

133970-1-5

X Natino Carlos da Silva



A presente cópia fotostática contém com o original exibido nestas notas. Dou-las RUSSAS.

01 DEZ 2011

Em testemunho da verdade

[Signature]

☒ Célio Ramalho Torres - Tabelião
☐ Maria de Fátima Maciel Chaves Maia - Substabelecedora
☐ Polinyon Nogueira Matos - Esc. Autorizada
☐ Alfransa Barbosa da Costa - Esc. Autorizada
☐ Marcos Costa Torres - Esc. Autorizada
 Válido Somente com selo de autenticidade

<https://esaj.ice.ius.br/pastadigital/mol/docs/GeneGeneisDocumento.pdf>

PRONTUÁRIO

Nº 11003943

NOME: Antonio Marcos da Silva Freitas IDADE: 33
DATA NASCIMENTO: 08/10/1977 ESTADO CIVIL: casado NATURALIDADE: Fortaleza
PROFISSÃO: Agricultor SEXO: masculino COR:
RESIDÊNCIA: Rua Amélia Magalhães 1368 BAIRRO: T. do Lago
CIDADE: RUSSAS ESTADO: Ceará FONE: 9419-1941
FILIAÇÃO: João Paulo Santiago de Freitas e
Adelina Gerarda da Silva Freitas
DOCUMENTO: Rg Nº: 300167 ORGÃO: SSP-CE D.E. 09.02.1996
RESPONSÁVEL: Dr. Antonio Marcos da Silva Freitas

DATA ENTRADA: <u>11/08/11</u>	HORA: <u>14h</u>	DATA SAÍDA: <u>13/08/11</u>
DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO:		MOTIVO DA ALTA:
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO:		<input type="checkbox"/> CURADO
TRATAMENTO:		<input type="checkbox"/> MELHORANDO
OPERACÃO:		<input type="checkbox"/> INALTERADO
PRINCIPAL:		<input type="checkbox"/> A PEDIDO
SECUNDARIA:		<input type="checkbox"/> INTERNADO P/ DIAGNÓSTICO
		<input type="checkbox"/> ADMINISTRAÇÃO
		<input type="checkbox"/> INDISCIPLINA
		<input type="checkbox"/> EVASÃO
		<input type="checkbox"/> COMPLEMENTO AMBULATORIAL
		<input type="checkbox"/> TRANSFERIDO
		<input type="checkbox"/> ÓBITO

- HISTÓRICO DA DOENÇA ATUAL E EXAME FÍSICO:

Paciente com uma queixa
de dor no abdômen, com início
há 30 dias, com evolução
para o lado direito.

Medico Responsável <u>Dr. José Fernando</u> <u>Cardoso - Ortopedista</u>	Classificação Final	Visto do Diretor Responsável
--	---------------------	------------------------------

UNIDADE

NOME

HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS

07770001 0001-64

PACIENTE

ÓRGÃO EMISSOR

04.08.02.034-2

NOME DO CLIENTE

Antônio Marcos da Silva Freitas

ENDERÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Rua Amargo Mariano, nº 1368

MUNICÍPIO

Russas

CPF

62800-000

DATA DO NASCIMENTO

08.10.1977

SEXO

X 1

CONDIÇÃO

12

4

6

CPF DO MÉDICO SOLICITANTE

CPF DO MÉDICO RESPONSÁVEL

CPF DO MÉDICO RESPONSÁVEL

DATA DE EMISSÃO

11.08.11

CPF DO MÉDICO RESPONSÁVEL

CPF DO MÉDICO RESPONSÁVEL

PREENCHER EM CASO DE
ACIDENTE DE TRABALHO

CÓPIA EXTERNA

CÓPIA PARA O EMISSOR

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente com fratura de
falange proximal do 3º AD
com lesão do nervio

PRINCIPAIS RESULTADOS DE EXAMES

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Ensino Superior
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO MÉDICA

DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura de falange

PROCEDIMENTO SOLICITADO

Osteossíntese

CLÍNICA

11

12

14

15

ASSINATURA DO MÉDICO SOLICITANTE (E ASSINADOR)

Dr. João Fernando
Trauma - Ortopedia
CRM - 5253

CRM

5253

DATA

11/08

FICHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE

NOME

Antônio Manoel da Silva Farias

PRONTUÁRIO

UNIDADE

ENFERMARIA

LEITO

DATA INTERNAÇÃO

11.08.11

DIAGNÓSTICO

OBSERVAÇÃO

DATA

HORÁRIO

11/08/11

EVOLUÇÃO

admitido

11/08/11

acompanhado

Dr. José F. Fernandes

13/08/11

Dr. José F. Fernandes

Dr. José F. Fernandes

BOLETIM DE OPERAÇÃO

LEG=

NOMES:

Antonio marcus da-silva Freixo

DATA

1204

2014

LETO 2.2

ပြောဆိုစဉ်

!ing, circunflexo

CONDIÇÕES DO PACIENTE

Tempo	Pulso	Resp.	P.A.	Gerais

ආශ්වාසය:

1. *Chlorophyll a*

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* contents were determined by spectrophotometry using the method of Lichtenthaler and Whistler (1973).

...the

Abstract

O que foi feito:

O que foi feito: Assina 20 15 E

April 20 2011

2020.10.30

Q. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840.

2. Explain the importance of the

[Faint handwritten notes at the bottom of the page]

1000 2010

2. Einflussfaktoren

Chinagiro

Integer compressors:

Dr. José F. Fernández
Francisco J. Fernández

Opinion

Auxiliary

Dr. Francisco de Assis Lourenço
EC - 637 - CPF - 007.995.5

Answers to



Rua Dr. José Ramalho, 1436 - Russas - CE
Tel.: (0**88) 3411-0147 - Telefax: 3411-66

RESUMO DE ALTA

NOME: Antonio Marcos da Silva Freitas

ENFERMARIA: _____ LEITO: _____ PRONTUÁRIO: _____

RESUMO CLÍNICO: _____

Fio intra-ósseo
na mão

EXAMES REALIZADOS E RESULTADOS: _____

Rx

PROCEDIMENTO REALIZADO: _____

Refixação do fio

TERAPÊUTICA UTILIZADA: _____

ADMISSÃO: 12.08.11

ALTA: 13/08/11 DIAS INTERN. ()

CONDIÇÕES DA ALTA:

CURADO () MELHORADO (X) INALTERADO () A PEDIDO ()
ADMINISTRATIVA () EVASÃO () TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ENCAMINHADO AO LABORATÓRIO: ()

DIAGNÓSTICO FINAL: Fio intra-ósseo

OBSERVAÇÕES: _____

Dr. José Fernandes
Ortopedista

Nº 19046

HISTÓRICO DA DOENÇA ATUAL E EXAME FÍSICO:

HISTÓRICO DA DOENÇA ATUAL E EXAME FÍSICO:
 Paciente com prurito
 desde 30 ANOS e com
 com 2 pro de Kirschner
 em 1920.

<p>Médico Responsável Dr. Josafá Fernandes Taxativo - Ortopedia CREME-225 - CPF. 12.345.678-9</p>	<p>Classificação Final</p>	<p>Visto do Diretor Responsável</p>
--	-----------------------------------	--

FICHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE

NOME

Rafael Marcos da Silva Freitas

PRONTUÁRIO

UNIDADE

ENFERMARIA

LEITO

DATA INTERNAÇÃO

DATA TRATAMENTO

1000227

4

3

23/09/14

24.09.11

DIAGNÓSTICO

OBSERVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL DE CLÍNICA
AV. BRASIL 1435
CEP: 20090-000

DATA

HORÁRIO

EVOLUÇÃO

13/04/14

Paciente operado sem
complicações

24/09/14

Alta hospitalar

Assinatura

Assinatura



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO - SUS CEARÁ
LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE AIH

fls. 22

UNIDADE

NOME

HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS

CÓDIGO / CGC

07770001/0001-64

PACIENTE

ÓRGÃO EMISSOR

NOME DO PACIENTE

Francisco Alencar da Silva Freitas

ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Rua Américo Muniz, 1368 Tab. da Moura Russas

MUNICÍPIO

Russas

CPF

62.900.000

DATA DO NASCIMENTO

08/10/77

SEXO

MASCULINO

X

F

CONDIÇÃO

1

2

3

4

5

6

CPF DO MÉDICO SOLICITANTE

408060350

REGISTRO SOCIÉTARIO

CAIA Nº

CASA DE SAÚDE

230911

CPF DO MÉDICO RESPONSÁVEL

ASS. DO MÉDICO RESPONSÁVEL

PREENCHER EM CASO DE
ACIDENTE DE TRÂNSITO

CARTÃO ESTERIL

CRC DO ESTABELECIMENTO

Nº DO EMPREGO

ASS

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

24

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente com fratura
de fêmur do 3º ADT E como
liberada, com 2 fios de Kirsch-
inter-osseo.

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Riscos de complicações

PRINCIPAIS RESULTADOS DE EXAMES

SECRETARIA DE SAÚDE DO CEARÁ
Francine Tavares Aguiar Lima
MÉDICA - AUSCULTA
CRM - 5076 CPF 204.412.800-00

DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura inter-ossea

PROCEDIMENTO SOLICITADO

Revisão dos fios

CLÍNICA

1

2

3

4

5

6

ASSINATURA DO MÉDICO SOLICITANTE (EXAMINADOR)

Dr. Josafá Fernandes

CRM

5123

DATA

9/3/2011

REG: 100085 NOME: Antonio Marcos da Silva Pereira
DATA: 25 / 09 / 2011 LEITO 4.3

Page 10

Figure 1. Study design.

CONDIÇÕES DO PACIENTE

Tempo	Pulso	Resp.	P.A.	Gerais

Anestésico: BLOQUEO FEMORAL

Operation

Classification

Rate	Time	Flow
------	------	------

ACHADOS: (Descreva os órgãos explorados e registre os achados patológicos)

○ que foi feito:

O que foi feito:

- Sirenia da mãe
- Afirmação dos pais
- Retirada de 2 p
de Kirschner de
- 30 QDT E
- Curativo

Estado do Ceará, protocolado em 28/04/2014 às 16:30, sob o nº 2014.01.0000000-0 e o processo 0855157-89.2014.8.06.0001 e código 12599

f) notagem compressas:

Dr. Josafá Fernandes

Трансформатор - Остаточная
СРЕДСТВ - СР. 3000000000

UPLAND

Auxiliary

Anestesista

RESUMO DE ALTA

NOME: Antônio Nereus da Silva Fereira

ENFERMARIA: 4 LEITO: 3 PRONTUÁRIO: 11004687

RESUMO CLÍNICO:

Fios infra-óseo na

mão e

EXAMES REALIZADOS E RESULTADOS:

Rx

PROCEDIMENTO REALIZADO:

2 fios infra-óseo

PROFECIA: 10/04/2014

ADMISSÃO: 27/03/14

ALTA: 24/09/14

DIAS INTERN. ()

CONDIÇÕES DA ALTA:

CURADO () MELHORADO ☒ INALTERADO () A PEDIDO ()
ADMINISTRATIVA () EVASÃO () TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ENCAMINHADO AO LABORATÓRIO: ()

DIAGNÓSTICO FINAL:

Fios infra-óseo

OBSERVAÇÕES:

Josafá Fernandes
Assessor - Departamento
NASC 520 - CPF 02.154.704-04



HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUÍNAS

RUA DR. JOSÉ RAMALHO, 1436

Tel: (88) 411-0147 Fax: (88) 411-6611

RECEITUÁRIO

NOME:

Antonio Marcos S. Freitas

ENDEREÇO:

P/ DP VAT

Paciente com sequelas
de fratura grave na
mão E, tendo sido
cirurgia dia 09/04/11.
Examina-se de alta
definitiva.

Data:

10/11/11

PROFISSIONAL CRM

Dr. João Fernandes
Fisioterapeuta
CRM 520-DF 121573-01

RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)

ATENÇÃO: A finalidade deste relatório é apurar a avaliação da invalidez permanente, não sendo obrigatória a sua apresentação.

Nome completo da vítima

ANTONIO CARLOS DA SILVA FERREIRA

Numero do sinistro

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

Data do acidente:	Data do início do tratamento médico:
Nome completo e CRM do médico:	
Lesões resultantes do acidente:	
Fratura da mão direita	
Dados resumidos dos tratamentos realizados (datas):	
Quirurgia - 05/01/2014	
Existe algum defeito físico ou doença pré-existente?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Com relação a invalidez pode-se concluir que:	
<input type="checkbox"/> a invalidez é temporária portanto passível de recuperação significativa ou de cura.	
<input checked="" type="checkbox"/> a invalidez é permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura. Dupla mão	

GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)

	SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO
1º	Sequela de fratura de mão direita
2º	Quirurgia - 05/01/2014
3º	
4º	Dupla mão de 50% - 50%
5º	

Afirmo que assisti e/ou avaliei a vítima no período de 15-12-2014 a 15-12-2014 e que as respostas acima, são completas e verdadeiras.

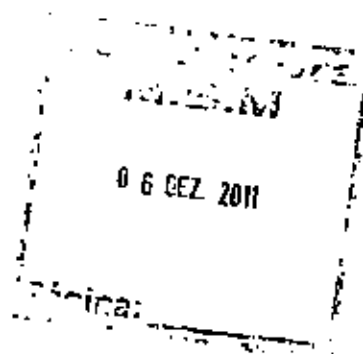
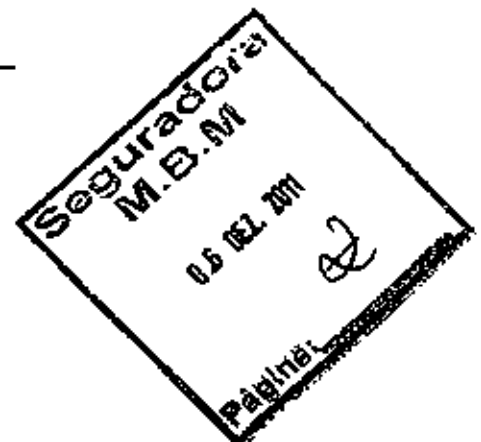
LOCAL	DATA	ASSINATURA E CARIMBO
LOCAL	DATA	ASSINATURA DA VÍTIMA

**DECLARAÇÃO**EU, Antônio Manoel da Silva FreitasABAIXO ASSINADO, PORTADOR (A) DO RG Nº 2008007035-8VENHO POR MEIO DESTA DECLARAR QUE RESIDO NA
Rua Amancio Marinho, Nº 1368BAIRRO: Planalto, NA CIDADE: RussasESTADO: CE, CEP: 62.900.000, TEL: _____DECLARO SOBRE AS PENAS DA LEI Nº 7.115 DE 29/08/1983, QUE OS
DADOS ACIMA SÃO VERDADEIROS.

E POR SER VERDADE ASSINO A PRESENTE DECLARAÇÃO.

CIDADE E DATA: Russas-CE, 02 de DEZ. 2011Antônio Manoel da Silva Freitas

ASSINATURA



VÍTIMAS

Vítima antonio marcos da silva freitas Estado CE

Endereço: amancio marinho,1368 - planalto - russas - CE

Cep: 62.900-000

Telefone

BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS

Beneficiário o mesmo

CPF/CNPJ 77347374391

Data Rateio 03/02/2012 **Data Pagamento** 06/02/2012

Agência 2253-5 **Conta Corrente** 23232-7

BancoBanco do Brasil **Tipo Conta** Conta Corrente

Valor indenização 2.362,50 **Valor Nota Fiscal** 0,00 **Data Pagamento**
00/00/0000

Valor Reanalise 0,00 **Valor Nota Fiscal** 0,00 **Data Pagamento**
00/00/0000

Valor Reanalise 2 0,00 **Valor Nota Fiscal** 0,00 **Data Pagamento 2**
00/00/0000

Valor Reanalise 3 0,00 **Valor Nota Fiscal** 0,00 **Data Pagamento 3**
00/00/0000

Valor Pleiteado 13.500,00

Diferença 11.137,50



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

27ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8448, Fortaleza-CE - E-mail: for27cv@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

Vistos etc.

O artigo 277 do Código de Processo Civil prevê que no Procedimento Sumário o juiz deve designar audiência no prazo de 30(trinta) dias, senão vejamos:

Art. 277. O juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de 30(trinta) dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de 10(dez) dias e sob a advertência prevista no § 2.º deste artigo, determinando o comparecimento das partes. Sendo ré a Fazenda Pública, os prazos contar-se-ão em dobro.

Atualmente, as Varas Cíveis desta capital recebem diariamente uma avalanche de processos pelo Procedimento Sumário, notadamente de cobranças de diferenças de seguro DPVAT.

Referidas ações, em sua maioria, são oriundas de possíveis acidentados residentes no interior do Ceará. Torna-se impossível o atendimento do prazo previsto em lei, em virtude da exorbitante demanda suportada pelas Varas Cíveis de Fortaleza.

Ao meu ver, o Rito Ordinário, nesses casos, tornará o processo mais célere e trará maiores benefícios aos autores, notadamente pela necessidade de comparecimento único nesta capital, quando da realização de perícia médica no IML.

O egrégio Tribunal de Justiça do Ceará já decidiu que a adoção do Rito Ordinário ao invés do Sumário não gera nulidade:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PROCEDIMENTO. ADOÇÃO DO RITO ORDINÁRIO AO INVÉS DO SUMÁRIO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. NULIDADE DA SENTENÇA. 1. Ausente o prejuízo, não há nulidade na adoção do procedimento ordinário ao invés do sumário, notadamente porque aquele é mais amplo do que este e propicia maior dilação probatória. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 2. O julgamento antecipado do mérito da causa é providência a ser utilizada com cautela pelo julgador, visto que não pode implicar restrição a direito fundamental das partes. 3. Ainda que o Juízo singular tenha considerado a peça defensiva "meramente procrastinatória, uma vez que carente de qualquer consistência" (fl. 75), o sistema jurídico não autoriza julgar antecipadamente a lide, restringindo o direito à participação em contraditório e à ampla defesa do réu. 4. Ademais, ainda que fosse possível o julgamento antecipado do mérito da presente demanda, em atenção ao moderno princípio processual da cooperação, deveria o magistrado comunicar às partes a intenção de abreviar o procedimento, evitando surpresas e frustrações. - RECURSO APELATÓRIO CONHECIDO E PROVIDO. (Tribunal de Justiça do Estado do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

27ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8448, Fortaleza-CE - E-mail: for27cv@tjce.jus.br

Ceará, Apelação n. Apelação 2556063200480600000, Desembargadora Vera Lúcia Correia Lima, 4ª Câmara Cível, julgamento: 21/07/2011) (destacou-se)

Isso posto, adoto o Rito Ordinário ao invés do Sumário, determinando a modificação da classe da ação para AÇÃO ORDINÁRIA, e ainda:

1) Defiro os benefícios da Justiça gratuita.

2) Cite(m)-se o(s) demandado(s) para apresentar(em) CONTESTAÇÃO no prazo de 15(quinze) dias, oportunidade em que deverá (ão) apresentar cópia do processo administrativo;

3) Apresentada defesa, existindo preliminares ou documentos, intime-se a parte autora para réplica no prazo de 10(dez) dias;

4) Inexistindo exame realizado pelo IML, oficie-se ao IML encaminhando o autor para a realização da perícia.

5) Com a juntada do exame aos autos, intime-se a parte promovida para informar da possibilidade de conciliação.

Cumprida todas as exigências, não existindo conciliação ou requerimento pela realização de provas em audiência de instrução, autos conclusos para JULGAMENTO.

Expedientes necessários.

Fortaleza/CE, 14 de maio de 2014.

Jose Cavalcante Junior

Juiz de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1980/2014, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Rafael de Sousa Rezende Monti (OAB 18044/CE)	D.J

Teor do ato: "Isso posto, adoto o Rito Ordinário ao invés do Sumário, determinando a modificação da classe da ação para AÇÃO ORDINÁRIA, e ainda: 1) Defiro os benefícios da Justiça gratuita. 2) Cite(m)-se o(s) demandado(s) para apresentar(em) CONTESTAÇÃO no prazo de 15(quinze) dias, oportunidade em que deverá (ão) apresentar cópia do processo administrativo; 3) Apresentada defesa, existindo preliminares ou documentos, intime-se a parte autora para réplica no prazo de 10(dez) dias; 4) Inexistindo exame realizado pelo IML, oficie-se ao IML encaminhando o autor para a realização da perícia. 5) Com a juntada do exame aos autos, intime-se a parte promovida para informar da possibilidade de conciliação. Cumprida todas as exigências, não existindo conciliação ou requerimento pela realização de provas em audiência de instrução, autos conclusos para JULGAMENTO. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Fortaleza, 6 de junho de 2014.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1980/2014, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Rafael de Sousa Rezende Monti (OAB 18044/CE)	D.J

Teor do ato: "Isso posto, adoto o Rito Ordinário ao invés do Sumário, determinando a modificação da classe da ação para AÇÃO ORDINÁRIA, e ainda: 1) Defiro os benefícios da Justiça gratuita. 2) Cite(m)-se o(s) demandado(s) para apresentar(em) CONTESTAÇÃO no prazo de 15(quinze) dias, oportunidade em que deverá (ão) apresentar cópia do processo administrativo; 3) Apresentada defesa, existindo preliminares ou documentos, intime-se a parte autora para réplica no prazo de 10(dez) dias; 4) Inexistindo exame realizado pelo IML, oficie-se ao IML encaminhando o autor para a realização da perícia. 5) Com a juntada do exame aos autos, intime-se a parte promovida para informar da possibilidade de conciliação. Cumprida todas as exigências, não existindo conciliação ou requerimento pela realização de provas em audiência de instrução, autos conclusos para JULGAMENTO. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Fortaleza, 6 de junho de 2014.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1980/2014, foi disponibilizado na página 181-189 do Diário da Justiça Eletrônico em 09/06/2014. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 11/06/2014, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dia	Término do prazo
Rafael de Sousa Rezende Monti (OAB 18044/CE)	10	20/06/2014

Teor do ato: "Isso posto, adoto o Rito Ordinário ao invés do Sumário, determinando a modificação da classe da ação para AÇÃO ORDINÁRIA, e ainda: 1) Defiro os benefícios da Justiça gratuita. 2) Cite(m)-se o(s) demandado(s) para apresentar(em) CONTESTAÇÃO no prazo de 15(quinze) dias, oportunidade em que deverá (ão) apresentar cópia do processo administrativo; 3) Apresentada defesa, existindo preliminares ou documentos, intime-se a parte autora para réplica no prazo de 10(dez) dias; 4) Inexistindo exame realizado pelo IML, oficie-se ao IML encaminhando o autor para a realização da perícia. 5) Com a juntada do exame aos autos, intime-se a parte promovida para informar da possibilidade de conciliação. Cumprida todas as exigências, não existindo conciliação ou requerimento pela realização de provas em audiência de instrução, autos conclusos para JULGAMENTO. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Fortaleza, 9 de junho de 2014.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

27ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8448, Fortaleza-CE - E-mail: for27cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

CERTIFICO, para os devidos fins, que decorreu o prazo legal e nada foi apresentado ou requerido.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 01 de agosto de 2014.

Fatima Maria Augusto Moreira
 Técnico Judiciário
 Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

27ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8448, Fortaleza-CE - E-mail: for27cv@tjce.jus.brFortaleza

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

Prezado(a) Senhor(a) Representantes Legais da **Mapfre Seguradora S.a**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr. Jose Cavalcante Junior**, Juiz de Direito da 27ª Vara Cível, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. de todo o conteúdo da petição inicial e decisão de fls. 29/30, para compor a lide e contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertida de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **15 (quinze) dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, ficando ciente de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento desta. **E, ainda, que o acesso aos presentes autos digitais deverá ser efetuado no endereço eletrônico: <http://esaj.tjce.jus.br/cpo/sg/open.do> com a senha que segue anexa.**

Fortaleza/CE, 02 de setembro de 2014.

Jacira Maria Augusto Moreira Pavão Santana

Diretora de Secretaria

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a). Representantes Legais da
 Mapfre Seguradora S.a
 Antonio Sales, 1357Q, Sala 11/14, Joaquim Tavora
 Fortaleza-CE
 CEP 60135-100

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

27ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8448, Fortaleza-CE - E-mail: for27cv@tjce.jus.brFortaleza

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvt S.a.**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr. Jose Cavalcante Junior**, Juiz de Direito da 27ª Vara Cível, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. de todo o conteúdo da petição inicial e decisão de fls. 29/30, para compor a lide e contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertida de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **15 (quinze) dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, ficando ciente de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento desta. **E, ainda, que o acesso aos presentes autos digitais deverá ser efetuado no endereço eletrônico: <http://esaj.tjce.jus.br/cpo/sg/open.do> com a senha que segue anexa.**

Fortaleza/CE, 09 de setembro de 2014.

Jacira Maria Augusto Moreira Pavão Santana

Diretora de Secretaria

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a). Representante Legal da
 Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvt S.a.
 Rua Senador Dantas, 74, 5. Andar, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20031-201

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 27ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA/CEARÁ**

PROCESSO Nº 0855157-89.2014.8.06.0001 (Processo Eletrônico)

Rito: Ordinário

**MAPFRE VERA CRUZ S/A, atualmente denominada de MAPFRE
SEGUROS GERAIS S/A**, empresa seguradora com inscrita no CNPJ/MF sob o número
61.074.175/0001-38, e com sede a Avenida das Nações Unidas, 11.711, CEP.:
04578000, São Paulo - SP e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO
DPVAT S/A**, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas n.º 74, 5º andar,
Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.248.608/0001-04, nos autos
da **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA**, que lhe promove
ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS, em trâmite perante este Douto Juízo e
Respectivo Cartório, vêm, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa
Excelência apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, argüindo, provando e requerendo o que se
segue:

**Preliminarmente, requer a V. Exa. que todas as intimações
e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983**, com escritório no
endereço expresso no timbre desta, **sob pena de nulidade das mesmas.**

| DA RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO

Em que pese na petição inicial constar como demandada a empresa
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA, **vem a seguradora informar que a razão social
correta da parte ré é MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, razão pela qual pleiteia que
seja retificado o polo passivo da presente lide, fazendo constar nesse a **MAPFRE**

SEGUROS GERAIS S/A, com a devida exclusão de qualquer denominação divergente daquela.

I| DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS

Alega a parte autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente de trânsito, alegando em síntese que do sinistro ocorrido acarretou invalidez permanente.

A parte autora, de posse de toda documentação necessária, realizou pedido administrativo referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT, que após a devida análise da documentação apresentada efetuou o pagamento da verba indenizatória no importe de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez PARCIAL e permanente da Parte Autora.

Pleiteia ao final:

- a) A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, com fulcro na Lei nº 1.060/50;
- b) Seja a presente ação processada pelo rito sumário, conforme dispõe o art. 275, II do CPC;
- c) A citação do requerido, via posta, mediante aviso de recebimento - AR, para compor a lide e querendo conteste a presente, sob pena de revelia e confissão ficta;
- d) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, declarando a inconstitucionalidade e dos artigos 19, 20 e 21 da medida provisória nº 451/2008, convertida na Lei 11.945/09, arts. 31 e 32, determinando que a Ré pague ao Autor a importância do prêmio do Seguro Obrigatório relativo a sua invalidez, independente do grau da lesão, no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

e) Alternativamente, caso não seja este o entendimento de Vossa Excelência, que seja designada a realização de perícia médica por profissional a ser indicado pelo MM. Juiz ou pelo IML para aferição do grau da lesão do autor e aplicação da tabela da Lei 11.945/09, facultando as partes nomearem assistentes nos termos do art. 421 §1º. do CPC;

f) Que a Ré seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa;

g) Requerer o julgamento antecipado da lide, com fulcro no artigo 330, 1 do CPC, tendo em vista a matéria tratar-se exclusivamente de direito sem as necessidades de maiores dilações probatórias.

Ora, Excelência, não há que ser acolhido o valor alegado pela parte autora, ditos como corretos, para apreciação do teto indenizável, já que fora pago quantia referente à porcentagem lesionada apurada no caso apresentado. Conforme será demonstrado em tópico oportuno.

Destarte, sendo a invalidez graduada, de acordo com a Lei 6.194/74, o cálculo da reparação deve ser proporcional ao grau de invalidez, bem como a sua repercussão. Cuida-se de uma exigência do PRINCÍPIO DA IGUALDADE, que não admite sejam tratadas igualmente situações desiguais.

Por fim, ressalta esta seguradora, ora Ré, que se deve atentar para o fato de que a parte autora deve demonstrar provas do alegado na exordial, para não alegar fatos sem fazer a devida comprovação, como DETERMINADO POR LEI, induzindo assim este Juízo em erro.

II| DA REALIDADE DOS FATOS

Conforme antecipado pela própria Parte Autora, a Seguradora Ré já procedeu com o pagamento do sinistro indicado de forma administrativa, com base na documentação apresentada pela própria Parte Autora.

Douto julgador, uma vez já tendo a lide sendo resolvida, e não havendo mais o que ser discutido, não assiste razão a pretensão formulada, uma vez que a mesma carece de falta de interesse de agir.

Sabe-se que, o interesse de agir apenas está presente quando o autor tem a necessidade de se valer da via processual para alcançar o bem da vida pretendido, interesse esse que está sendo resistido pela parte ex adversa, bem como quando a via processual lhe traga utilidade real, ou seja, a possibilidade de que a obtenção da tutela pretendida melhore na sua condição jurídica.

Apurou-se conforme parecer técnico que o grau de invalidez embora permanente é apenas PARCIAL.

Exatamente a quantia paga à Parte Autora.

Ora! Resta claro que a presente demanda não se encaixa em nenhuma das hipóteses acima mencionada e em razão disso, é inequívoco afirmar a falta de necessidade da pretensão e consequentemente, falta do interesse de agir, o que deve acarretar a extinção do processo sem a resolução do mérito de acordo com o Art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

III| DAS PRELIMINARES

III.1| DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA RÉ. DA NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO PELA SEGURADORA LÍDER

Apesar de a demanda ter sido direcionada a Seguradora **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, é mister destacar que a **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A** é ilegítima para figurar no polo passivo da presente lide, pelo que deverá ser reconhecida a ilegitimidade passiva da mesma, conforme será demonstrado.

Para aprimorar ainda mais o Seguro DPVAT, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, através da sua Resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, determinou a constituição de dois Consórcios específicos a serem administrados por uma

seguradora especializada, na qualidade de líder. Para atender a essa exigência, foi criada a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou simplesmente Seguradora Líder – DPVAT, através da Portaria nº 2.797/07, publicada em 07 de dezembro de 2007.

As seguradoras consorciadas permanecem responsáveis pela garantia das indenizações, prestando, também, atendimento a eventuais dúvidas e reclamações da sociedade. Contudo, a Seguradora Líder – DPVAT passou a representá-las nas esferas administrativa e judicial das operações de seguro, o que resulta em mais unidade e responsabilidade na centralização de ações.

Por isto, requer o acolhimento da presente preliminar, excluindo a **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A** da lide, **mantendo apenas a pessoa jurídica da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.(CNPJ n. 09.248.608/0001-4, e sede na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ)** quem responderá e indenizará em caso de eventual procedência dos pedidos.

III.2| DA CARÊNCIA DE AÇÃO - DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO – LAUDO DO IML

Ao analisar os fatos trazidos na peça vestibular constata-se que a parte autora pretende que o seguro DPVAT a indenize por invalidez permanente que teria como causa um acidente automobilístico.

Esta Seguradora pretende demonstrar que a parte autora carece da ação por não ter feito a comprovação documental de sua pretensão. Ocorre que, a parte autora não junta ao processo o documento que comprova ser o seu grau de invalidez superior ao que constou no processo administrativo, sendo este imprescindível para o deslinde da demanda.

Nesta senda, os parágrafos 4º e 5º, acrescentados ao art. 5º da lei nº 6.194/74 pela lei nº 8.441/92, estabelecem:

"§ 4º - Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas

5|

médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora”.

§ 5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.”

Constata-se que **não fora juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal** certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu a mesma, elementos imprescindíveis para que se possa fixar, de maneira correta, a indenização devida, de acordo com tabela específica, como previsto em lei e normas disciplinadoras.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supracitada, como em razão de ser fundamental ao alcance de seu direito, em conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC. Vejamos:

“Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito” (CPC)

Assim, não havendo meios comprobatórios do alegado, deve a presente demanda ser extinta sem julgamento do mérito em perfeita consonância com o disposto no artigo 267, inciso IV do CPC.

IV| DO MÉRITO

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela PARTE AUTORA.

Nos itens seguintes, esta SEGURADORA RÉ procederá com o combate dos itens de defesa alegados pela PARTE AUTORA em sua Exordial, comprovando a inconsistência de seus argumentos e a necessidade de reconhecimento da improcedência total da ação promovida perante este MM. Juízo:

IV.1| DA CONSTITUCIONALIDADE DAS MPS 340/08 E 451/08 E A RESPECTIVA CONVERSÃO NAS LEIS 11482/07 E 11945/2009

A Medida Provisória 340, editada em 29 de dezembro de 2006, trouxe alterações em diversas áreas da legislação nacional, inclusive na Lei 6.194/74, referente ao seguro DPVAT, especificamente quanto ao valor da indenização a ser paga. Vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Posteriormente, entrou em vigor a Lei 11.482 de 31 de maio de 2007, que converteu em permanente o entendimento provisório supracitado.

A citada medida foi editada, basicamente, com o intuito de especificar o valor da indenização do Seguro DPVAT, que, como se sabe, passou a ser fixo, para, supostamente, dar mais transparência e adequar a Lei 6.194/74 à natureza do instituto.

De outro norte, em 15 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória 451 que também alterou a legislação do seguro DPVAT, tendo como objetivo prefacial promover o equilíbrio atuarial, harmonizando os aportes feitos pelos contribuintes com o valor pago a título de indenização, regulamentando a forma como se daria a mensuração da indenização por invalidez permanente, estabelecendo parâmetros objetivos para tanto.

Em suma, a conversão das referidas medidas provisórias em lei, ainda que não impossibilite sua análise, indica mais uma razão para não se declarar sua inconstitucionalidade, uma vez que foram devidamente aprovadas em ambas as casas do Congresso Nacional, por representantes do povo e dos estados membros.

Cabe ainda observar a total pertinência das alterações legislativas, uma vez que ainda o seguro Dpvat trate de instituto com caráter social, não se poderia conceber que uma pessoa acometida de invalidez permanente parcial decorrente da perda do dedo mínimo de uma das mãos recebesse a mesma indenização paga àquela que ficasse paraplégica em virtude de acidente automobilístico.

Adotar esse pensamento exacerbaria a onerosidade do seguro para as empresas seguradoras, especialmente porque o beneficiário da indenização, muitas vezes, não é sequer contribuinte e daria ensejo à propositura de incontáveis demandas judiciais, visando o recebimento do valor integral da indenização como lucro, verdadeiro enriquecimento sem causa, e não como ressarcimento por perdas efetivas.

Conclui-se, portanto, que a edição das Medidas Provisórias 340/2006 e 451/2008 se deu em consonância com as disposições da Constituição Federal de 1988, tanto em seus aspectos formais quanto materiais, pelo que qualquer alegação de inconstitucionalidade deve ser refutada pelos órgãos judiciais.

Não fosse suficiente tentar induzir este MM. Juízo a equívoco, requerendo a aplicação de indenização por invalidez permanente em seu teto, sem fazer qualquer prova de sua invalidez permanente e do seu grau, a PARTE AUTORA sustenta – ato contínuo – a inconstitucionalidade da lei 11.945/2009, responsável pela alteração do

valor das indenizações pagas a título de Seguro DPVAT.

A alegação de inconstitucionalidade não é baseada em qualquer violação de ordem constitucional ou mesmo processual, revelando apenas o inconformismo da PARTE AUTORA, que não pode ser levado em consideração nos presentes autos.

Novamente, as alegações da PARTE AUTORA não podem prosperar, por serem manifestamente improcedentes, considerando que inexistente qualquer inconstitucionalidade na Lei 11.945/2009, seja de ordem formal ou material, e ainda com relação a gradação, o entendimento do STJ já se encontra sumulado.

IV.2] DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - NECESSIDADE DE GRADAÇÃO DA LESÃO

Conforme se observa na petição inicial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT é a alegada invalidez permanente da Parte Autora. Desta feita, o cerne da questão que motivou a lide é a invalidez da parte demandante, bem como, o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios.

Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com o grau de invalidez apurado em laudo pericial.

Assim, vale ressaltar que a parte autora não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso em questão de **invalidez parcial**, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, onde se depreende que o laudo pericial, exarado pelo IML, deverá ser apresentado com a indicação do grau e percentual da invalidez para fins de indenização.

Ora, basta a simples análise dos documentos acostados pela parte autora que, logo se concluirá pela improcedência do pedido inicial, e na hipótese remota de acolhimento do mesmo, de plano se afasta a possibilidade de pagamento integral,

haja vista não haver nos autos qualquer documento capaz de comprovar alguma extensão dos danos que corresponda ao grau total.

Tanto é que a lei 6.194/74, quanto à lei 11.482/2007, bem como as alterações previstas na lei 11.945/2009, fazem distinções dos graus de invalidez auferidos em perícias para fins de pagamentos de indenização, pois essas leis limitam o valor indenizatório em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em continuidade, salienta a ré que a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, sendo esta última subdividida em completa e incompleta.

Nesta senda, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474, pacificando que nos casos de invalidez permanente, as indenizações do Seguro Obrigatório DPVAT deverão ser pagas em conformidade com o grau de invalidez da vítima, vejamos:

"Súmula 474 STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Registra-se, por oportuno, que a gradação é aplicável em todos os casos de invalidez, independentemente da data do acidente, ou da lei em vigor à época do acidente, visto que, conforme pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, não faria sentido o Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74 dispor as quantificações das lesões se esses dados não refletissem nas indenizações pagas, in verbis:

"DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. TABELA. Trata-se de ação de indenização decorrente de seguro DPVAT proposta, na origem, pelo recorrente para reparação de invalidez permanente (membro inferior esquerdo) em consequência de acidente de trânsito datado de 1999. Discute-se, no REsp, se é válida a fixação de tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do DPVAT com fundamento em invalidez permanente parcial. A Min. Relatora destacou que o recorrente insurge-se contra a redução da tabela, com fundamento no art. 3º da Lei n. 6.194/1974, em vigor à época dos fatos; hoje, a redação dessa norma foi

modificada pela Lei n. 11.482/2007, porém ela não tem pertinência neste julgamento. Também ressaltou que a redação original do art. 5º, § 5º, da citada lei disciplinava que o instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificaria as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto na lei, em laudo complementar, no prazo médio de 90 dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada nas restrições e omissões pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional de doenças. Logo, explicitou que não faria sentido a citada lei dispor as quantificações das lesões se esse dado não refletisse na indenização paga. Dessa forma, concluiu que é válida a utilização da tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial e que o pagamento desse seguro deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedente citado: REsp 1.119.614-RS, DJe 31/8/2009. REsp 1.101.572-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/11/2010.”

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização total ao autor, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

IV.3|EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO TOTAL EM VIA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em questão.

Excelência, a parte Autora vem requerer perante este Juízo reajuste no valor da indenização securitária, uma vez que já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), fevereiro/2012, conforme se pode inferir do MEGADATA abaixo colacionado:

Número do Sinistro 201147679001	Natureza 2 - INV. PERM
Código da Seguradora 6084 - MBM SEGURO S.A.	Delegacia RUSSAS
Nome da Vítima ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS	Regulação 1
Data de Nascimento 08-10-1977	Data Reclamação 06-12-2011
Nome do Recebedor ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS	Data do Sinistro 06-08-2011
CPF/CGC Recebedor 00077347374391	Valor Indenização 2.362,50
Código do Receb./Benef. 1 - VITIMA	Valor Cor.Mon./Juros 0,00
Nome do Procurador	Data do Pagamento 01-02-2012
CPF/CGC Procurador	Boletim 541035852011
Categoria 09 - CICLOMOTOR, MOTONETA, MOTOCICLETA E TRICICLO	UF Sinistro CE
Data Cadastramento 07-12-2011	Sub-Judice
Município da Ocorrência RUSSAS	

No caso, tem-se uma situação clara de pura e irrestrita a liquidação do seguro DPVAT, com a consequente extinção da obrigação indenizatória, uma vez que o pagamento fora devidamente realizado conforme documentação em anexo e confissão da própria Parte Autora.

Pois, ocorre que com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro, ou seja, a ora ré.

Sucedendo que, em posse da documentação indicada, a parte Autora já socorreu a esta Seguradora, afim de pugnar pelo recebimento da indenização, o que fora devidamente realizado.

Desta feita, faz-se necessário observar o total descabimento da demanda pleiteada, que vem apenas utilizar-se do Judiciário com o intuito de ludibria-lo, acionando a máquina jurisdicional afim de gastar apenas tempo e dinheiro que poderiam estar sendo investidos em casos que merecerem, de fato, amparo legal e atenção desde Magistrado.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito da parte autora, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos Arts. 3º e 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

IV.4| DA IMPRESCINDIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA NECESSIDADE DE CUSTEIO PELA PARTE AUTORA:

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade ao apurado por meio de perícia médica, onde deverá ser especificada a existência de relação entre o acidente e os danos pessoais alegados pela Parte Autora, o tipo de invalidez resultante (se temporária ou permanente) e a extensão da debilidade do membro afetado, em termos percentuais.

Portanto, é cediço que todos os casos de ações cuja causa de pedir se baseie na existência de direito ao recebimento de indenização decorrente de invalidez permanente devem ser submetidos a rigorosa perícia médica, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso e a aplicação da Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça.

Todavia, é importante destacar que o ônus da produção prova pericial, nos termos do art. 333, inc. I do CPC, é da Parte Autora, considerando que:

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito

Da mesma forma, a responsabilidade pelo seu custeio, que também incumbe a Parte Autora, *in verbis*:

Art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte

que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz

Assim, considerando que a produção de prova pericial é imprescindível para comprovar o fato constitutivo do direito alegado pela Parte Autora, o ônus da prova deverá ser suportado por ela, tal como deverá suportar as despesas decorrentes, como o pagamento de honorários periciais.

Isso tanto é certo que a própria parte autora, para comprovar suas alegações, suplica pela produção da referida prova. Ora, resta indiscutível a quem cabe a obrigação pela produção da prova pericial.

Por outro lado, vale destacar que, acerca da matéria, determina o art. 5º, §5º da Lei n.º 6.194/74:

“O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais”.

Destarte, de logo se conclui pela imprescibilidade do laudo pericial judicial, uma vez que trata-se de prova mais contundente, posto que o laudo realizado pelo Instituto Médico Legal não se trata de prova absoluta (*juris et de jure*), cumprindo a prova pericial judicial com esse papel, haja vista ter fé pública e contar com a participação de ambas as partes.

Além disso, há de se verificar que o Código de Defesa do Consumidor não se aplica às demandas cuja matéria retrata o Seguro DPVAT, razão pela qual não se cogita a possibilidade de inversão do ônus da prova, haja vista a existência de uma relação obrigacional imposta por lei e não uma relação de consumo, sem qualquer liberdade contratual na adesão ao seguro.

Neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CDC. DESCABIMENTO.

A relação havida entre a seguradora demandada e a agravada é de ordem obrigacional, possuindo regulamentação própria. Ademais, o caráter obrigatório do DPVAT afasta a possibilidade de inversão do ônus da prova com base na legislação (TJRS – Agravo de instrumento Nº 70060463130, Sexta Câmara Cível, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 15/08/2014)

Noutra senda, ainda que seja averiguada a hipossuficiência do autor, a prova pericial não se restará prejudicada, já que cabe ao Estado prover o acesso à justiça aos necessitados, conforme art. 5º, inciso LXXIV da Carta Magna e artigos 11 e 12 da Lei 1.060/51. O Conselho Nacional de Justiça, inclusive, expediu a Resolução 127/2011 e o CJF a resolução 440/05, já existindo até em alguns Tribunais um rol de peritos para atender tal necessidade, requerendo esta Seguradora Ré que seja, portanto, designado Perito do quadro de funcionários deste Judiciário ou de órgão público vinculado.

Desta feita, requer a seguradora que seja observada a previsão contida no art. 33 do Código de Processo Civil para realização de perícia médica judicial, devendo seu adimplemento ficar sob a responsabilidade do autor, ou, em caso de impossibilidade de custeio, este recaia sob o Estado. Todavia, acaso assim não entenda, o que não se acredita, que o custo da produção da prova seja repartido entre as partes.

IV.5|DO INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA:

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade com o alegado através de perícia médica. Certo é que, todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do membro afetado, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso.

Excelência, é de total interesse desta Seguradora, ora ré, a produção de prova pericial, pois estamos diante de uma divergência que somente poderá ser dirimida com a realização de tal exame, haja vista que a parte autora não comprova o alegado e apenas colaciona aos autos meros documentos médicos que não quantificam nem quantificam a lesão sofrida.

A parte autora sequer pleiteou a indenização que entende ter direito em via administrativa, como pode então afirmar estar inválida e em que GRAU de invalidez ficou acometida.? Devemos nos atentar ao fato da parte autora não possuir subsídios técnicos capazes de ensejar sua pretensão.

Ocorre que, a parte autora jamais poderia afirmar estar inválida totalmente, sendo que este fato só poderá ser comprovado com o Laudo de Exame Pericial, eis que urge a imperiosa necessidade da realização de prova pericial.

Desta feita, a parte Ré informa que tem total interesse na realização da prova pericial, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre o direito autoral.

IV.6|DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros de mora, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é imprescindível que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Conforme o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Seguradora, ora ré, que o marco inicial para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil. Vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

"Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

Com relação à correção monetária, é crucial que seja analisada a questão com base na Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que segue transcrita:

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portanto, na hipótese de condenação da Ré, o verdadeiramente que não acredita, requer que os juros moratórios sejam contados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente contestação.

IV.7 | DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido da parte autora no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Válido ressaltar que a parte autora é beneficiária da Justiça Gratuita, haja vista a Lei 1.060/50. Porém, o mesmo dispositivo legal determina que no caso de vencedor o beneficiário da Justiça Gratuita, ou seja, no caso em tela, a parte autora, o montante de honorários advocatícios a ser pago pelo vencido deve respeitar o patamar máximo de 15% (quinze por cento). Vejamos:

"Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

**§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.
(...)."**

Ressalte-se, por oportuno, o art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, onde se diz que o percentual máximo permitido, em casos de "fácil" instrução, por ser matéria de direito, é de 20% (vinte por cento):

"(...) § 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei n.º 5.925, de 1º.10.1973)

a) o grau de zelo do profissional;

b) o lugar de prestação do serviço;

c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (...)"

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não acredita, requer que o pagamento dos honorários advocatícios sejam arbitrados na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

V| REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, é a presente para requerer de V. Exa, preliminarmente:

- a) Seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Seguradora Ré, com a consequente exclusão da Seguradora Ré, **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, para manter apenas a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**
- b) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, face a ausência de juntada de documento indispensável a propositura da ação.

Caso ultrapassadas as preliminares, requer seja no mérito reconhecida a total improcedência do pleito autoral para:

- a) Reconhecer a constitucionalidade da Lei 11.945/2009, que fixa o teto de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez permanente, desde que comprovado o seu grau máximo, o que igualmente não restou demonstrado nos autos, e ainda da Lei 11.482/2007, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça;
- b) Acolher a incidência da Lei 6.194/74, com todas as suas alterações, considerando que a PARTE AUTORA não comprovou a sua situação

de invalidez permanente, não fazendo jus ao pagamento de qualquer indenização fora o que já foi realizado de forma administrativa – **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos);**

- c) Determinar a produção de prova pericial, se assim entender, ressaltando que a SEGURADORA RÉ não pode ser responsabilizada pelo seu custeio, já que se trata de prova constitutiva do direito da PARTE AUTORA, cabendo a esta arcar com sua produção e, caso assim não entenda, determinar a produção da prova pericial pelo Instituto de Medicina Legal;
- d) Em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se acredita que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pela PARTE AUTORA, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, e que seja levada em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;
- e) Ainda em caso de eventual condenação, o que se cogita por mero amor ao debate, que os juros apenas incidam a partir da data de citação, e a correção monetária a partir da distribuição da ação;
- f) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, considerando que a Parte é beneficiária da assistência judiciária Gratuita, requer sejam os mesmos limitados ao percentual de 10%, conforme previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1060/50.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas e o depoimento pessoal da PARTE AUTORA, sob pena de confesso.

Por oportuno, esta Seguradora informa que necessita de tempo hábil para cumprir a determinação deste MM juízo referente à apresentação de cópias do processo administrativo. Em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa

disposto no art. 5º, LV da CF/88, requer que Vossa Excelência se digne a conceder prazo de 15 (quinze) dias para que esta Seguradora cumpra a determinação de juntada de cópias do processo administrativo do presente caso.


Requer ainda a juntada do rol de quesitos para o caso de superação da preliminar arguida e designação de perícia médica para apuração do percentual da invalidez permanente alegada pela Parte Autora.

Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pela Ré, nos termos do artigo 365, inciso VI do Código de Processo Civil.

Ao final, a condenação da PARTE AUTORA nas custas e em honorários advocatícios em favor da Seguradora Ré nos termos do art. 20, § 4º do CPC.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

De Recife/PE para Fortaleza/CE, de 30 de setembro de 2014.



ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA
ADVOGADO/OAB-CE 29.743

ROL DE QUESITOS (ANEXO I)

- 1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;**
- 2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;**
- 3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;**
- 4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.**
- 5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?**
- 6. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?**
- 7. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?**
- 8. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?**

ANEXO II

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGÔ SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BMG SEGURADORA S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIDR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALÚCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFNITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA; USEBENS SEGUROS S/A;



VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014.

Maristella de Farias Melo Santos
Maristella de Farias Melo Santos

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fermo Oliveira
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
 Reconheço por semelhança a firma de: **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS (X0000000EFD08)**
 Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014. Conf. por:
 Em testemunho da verdade. Serventia : 4.20 CAD (CGJ nº 94.04761)
 36% TJ-FUNDO 50 Art. 20 § 3º Lei 8.935/94
 Total : 9.70
 Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
 EAKH-87158 VAY Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
 Bruno Rodrigo Belem Gaspar
 Escrivão
 OFÍCIO DE NOTAS - RJ

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fermo Oliveira
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Doc: X0000010B067. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
 Serventia : 36% TJ-FUNDO
 Total : 50
 Giovanni Alves Cunha - Aut.
 EALF-10701 MVA Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
 Giovanni Alves Cunha
 Escrivão
 OFÍCIO DE NOTAS - RJ



PROCURAÇÃO

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38, por seus representantes legais ao final assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a Cláusula Ad Judicia et Extra, para atuar no foro em geral, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.



São Paulo, 30 de Janeiro de 2014.

Marival Grahl
Diretor Jurídico
Contencioso

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira
Rua do Carmo 43 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9000
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Data: 30/08/2014. Conf. por:
Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2014.
Geovani Alves Cunha - RCL
EALF-10702 VL. Disponível em: <https://www3.tjri.jus.br/sitapdf>

DEPARTAMENTO DE NOTAS
Geovani Alves
Cunha
Escritório
CRPS nº 15519
Sua. 15519
Sua. 15519

21º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO

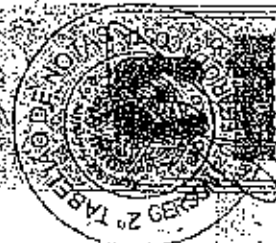
21º Tabelião de Notas
São Paulo - Capital
Luiz Affonso Spagnuolo Rodini - Tabelião

reconheço por SEDEJURÍDICA a(s) Firms(s) S/ VALOR
COMUNICADO de: CRIVAL CRIVAL, a qual confere com
adran depositado em cartório.
São Paulo, 30/01/2014 11:53:48
eg: 61E9E787 Co-Testemunho da verdade.
Total R\$ 4,50

ERA LUCIA DOS SANTOS - ESCRIVENTE

RECEBUEIRO DE NOTAS
Sua. 15519
Sua. 15519
Sua. 15519

2º TABELÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO DESIGNADO GERSON FRANCISCO QUEIROZ DA COSTA



1º TRASLADO DO LIVRO 2.542 - PAGINAS 273/276

2014 - INCERAS - JURÍDICO

PROCURAÇÃO QUE FAZ: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

SAIBAM todos os que virem esta procuração que aos OITO dias do mês de NOVEMBRO do ano DOIS MIL E TREZE (08/11/2013), nesta cidade de São Paulo, Capital e Estado do mesmo nome, República Federativa do Brasil, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, onde afofado vim, é perante mim Escrevente, no 2º Tabelião de Notas, sito à Rua Rego Freitas, nº 57/73, comparece como outorgante MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., atual denominação da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.074.175/0001-38, NIRE 35.3.0004292.1, com seu atual estatuto social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/03/2013, registrada na JUCESP sob nº 289.171/13-9 de 05/08/2013, neste ato representada, conforme o artigo 13, parágrafo único do seu estatuto social, por seu Diretor "B" Alencar Rodrigues Ferreira Junior, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 15.684.673-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 054.988.988-43, e por seu Diretor "M" Carlos Alberto Landim, brasileiro, casado, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 14.395.634-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 085.617.328-22, ambos com endereço comercial nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, Brooklin, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária de 21/09/2011, registrada na JUCESP sob nº 530.188/12-0, ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de 26 de janeiro de 2012, registrada na JUCESP sob nº 529.262/12-5, dos quais cópias dos atos estatutários, do CNPJ e certidão simplificada emitida em 06 de novembro de 2013, através do endereço eletrônico da JUCESP, ficam arquivadas nestas Notas sob nº 5.569. Os presentes foram reconhecidos como os próprios face à apresentação de seus documentos de identificação, no original, do que dou fé. Pela outorgante foi dito que pelo presente instrumento e na forma de direito, nomeia e constitui seus procuradores GRUPO "A": 1A) SIMONE PEREIRA NEGRÃO, OAB/SP nº 125.308, CPF/MF 142.976.518-66, casada; 2A) ORIVAL GRAHL, OAB/SC nº 6.266, OAB/DF nº 19.197, CPF/MF nº 488.267.409-72, casado; 3A) OSWALDO NARDINI NETO, OAB/SP nº 244.763, CPF/MF nº 167.930.618-95, divorciado; 4A) GEORGE OLAVO NUNES ABREU TEIXEIRA, OAB/RJ nº 66.056, CPF/MF nº 818.952.837-87, divorciado; 5A) LUIZ CARLOS THADEU MOREYRA THOMAZ, OAB/SP nº 82.449, CPF/MF nº 139.924.221-00, casado; 6A) VIVIANE BERTO DI CORREA PIMENTEL, OAB/SP nº 157.728, CPF/MF nº 188.538.728-88, casada; 7A) TAMARA BARBATO DOS SANTOS, OAB/SP nº 289.053, CPF/MF nº 341.382.098-24, solteira; 8A) LIGIA MARIA CHIKUSA, OAB/SP nº 208.247, CPF/MF 222.635.658-41, solteira; e GRUPO "B": 1B) ALESSANDRA NINI



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

RANOYA MAIA, OAB/SP nº 138.877, CPF/MF nº 245.578.098-80, casada; 2B) ANDRESSA FERNANDES KOWAL, OAB/SP nº 218.863, CPF/MF nº 205.185.688-57, solteira, maior; 3B) GUADALUPE DE ANDRADE NASCIMENTO, OAB/SP nº 237.332, CPF/MF nº 277.799.858-22, solteira, maior; 4B) NATALIA VELASQUES SANCHES, OAB/SP nº 272.477, CPF/MF nº 297.236.778-22, casada; 5B) CRISTIANE DI MARCO FERREIRA, OAB/SP nº 222.253, CPF/MF nº 167.788.178-01, solteira, maior; 6B) SILVIO PAPARELLI JUNIOR, OAB/SP nº 221.779, CPF/MF nº 151.640.928-08, casado; 7B) LILIANE RIBEIRO PEREIRA NUNES, OAB/SP nº 275.319, CPF/MF nº 331.988.598-75, casada; 8B) KELLY RANGEL PELLEGRINI GUAREZEMINI, OAB/SP nº 215.422, CPF/MF nº 311.265.508-76, casada; 9B) MANOEL FRANCISCO DA SILVA JUNIOR, OAB/SP nº 252.928, CPF/MF nº 290.296.148-03, solteiro; 10B) SILVANA DI NAPOLI, OAB/SP nº 207.637, CPF/MF nº 188.870.458-60, solteiro; 11B) NADIA SAYURI LOURENÇO, OAB/SP nº 318.533, CPF/MF nº 354.420.418-58, solteira; 12B) FERNANDA ALESSANDRA MARTINS, OAB/SP nº 314.805, CPF/MF nº 187.110.478-52, casada; 14B) CLAUDIA SOUZA SILVA IMPIERI, OAB/SP nº 246.656, CPF/MF nº 295.132.668-85, casada; 15B) ALEX MARCEL BARBOSA DA SILVA, OAB/SP nº 316.619, CPF/MF nº 375.660.548-56, solteiro; 16B) ALINE CAROLINE DOS SANTOS, OAB/SP nº 315.168, CPF/MF nº 363.573.818-29, solteira; 17B) CAROLINE BORGES SARACENE, OAB/SP nº 271.511, CPF/MF nº 220.582.598-40, solteira; 18B) DALMO RIBEIRO FILHO, OAB/SP nº 310.138, CPF/MF nº 336.584.378-71, solteiro, maior; 19B) GABRIEL MELLER ORDONEZ DE SOUZA, OAB/SP nº 297.941, CPF/MF nº 272.625.218-45, solteira, maior; 20B) KARYNA MARKOSSIAN, OAB/SP nº 300.117, CPF/MF nº 341.908.068-97, solteira, maior; 21B) MARILANE PINTO MESQUITA DUARTE, OAB/SP nº 216.077, CPF/MF nº 101.538.638-54, solteiro; 22B) NATHALIA BASTOS GOMES, OAB/SP nº 286.687, CPF/MF nº 337.813.3821-70, solteira; 23B) NATÁLIA GUGLIELMONI BENEDETTI, solteira, OAB/SP nº 326.041 e CPF/MF nº 369.025.968-16; 24B) KATIA ROBERTA SOUZA DO NASCIMENTO, solteira, OAB/SP nº 311.562 e CPF/MF nº 009.287.279-47; 25B) ANA CLÁUDIA FIORAVANTI THOMAZINHO, casada, OAB/SP nº 212.482 e CPF/MF nº 268.836.248-80; 26B) DANIELA DUARTE MURAYAMA, separada judicialmente, OAB/SP nº 191.533 e CPF/MF nº 178.422.798-61; 27B) CAMILLE PRATES BRANCO, solteira, OAB/SP nº 335.275 e CPF/MF nº 100.259.567-36; e 28B) MARIA FERNANDA NOVO MONTEIRO, solteira, OAB/SP nº 282.860 e CPF/MF nº 327.066.208-46, todos brasileiros, advogados, residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, onde recebem intimações, aos quais confere: 1) TODOS OS PODERES DA CLÁUSULA "AD JUDICIA" e "ET EXTRA" PARA, EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DA ORDEM DE NOMEAÇÃO, representar a outorgante em Juízo, em qualquer Instância ou Tribunal, ou fora dele, podendo: a) propor contra quem

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Pires Oliveira
Rua do Carmo, 67 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20011-000
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: 900000100050. Contato: 36% TJRJ/2014
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
Leovani Alves Cunha - Aut.
EALF-10654 - 241 Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

2. TABELÃO DE NOTAS

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO DESIGNADO GERSON FRANCISCO OLIVEIRA DA COSTA

de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, em qualquer ação civil, administrativa ou criminal e seus respectivos atos e medidas de ordem preparatória, assecutoria ou executiva, incluindo inquéritos policiais, por mais especial que seja a forma processual, seguindo e acompanhando-as, b) requerer falências, recuperação judicial ou extrajudicial, c) impugnar cálculos, proceder a habilitações, confessar, transigir, desistir, firmar compromisso, fazer acordos, pagar, receber e fazer levantamento de valores, receber e dar quitação, d) prestar depoimento pessoal, em nome da OUTORGANTE como representante legal, e) propor reconvenção e segui-la, f) representá-la perante os órgãos e repartições públicas em geral, especialmente os da Justiça do Trabalho, inclusive na qualidade de empregadora, como seus prepostos e, para tal fim, praticar todos os direitos atribuídos à própria empregadora pela legislação em vigor, g) receber correspondências, citações, intimações e notificações, inclusive de mão própria (MP) em qualquer Agência — Central ou Regionais — dos Correios, especialmente a situada na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215 (Centro Empresarial de São Paulo-CENESP), h) nomear prepostos para o foro em geral e também perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, Órgãos de Defesa do Consumidor, i) firmar notificações e contranotificações judiciais e extrajudiciais, e j) substabelecer a presente no todo ou em parte, mediante instrumento particular, nos termos do art. 655 do Código Civil Brasileiro, enfim, praticar todos os atos e assinar quaisquer documentos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandado; e II) OS PODERES GERAIS E ESPECIAIS PARA, AGINDO: i) DOIS PROCURADORES DO GRUPO "A" EM CONJUNTO; (ii) UM PROCURADOR DO GRUPO "A" EM CONJUNTO COM UM PROCURADOR DO GRUPO "B"; (iii) QUALQUER UM DOS PROCURADORES DO GRUPO "A" OU "B" EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ESTATUTÁRIO ou (iv) ISOLADAMENTE somente documentos expedidos por ou dirigidos a quaisquer Órgãos e Repartições Públicas que sejam restritos a uma única assinatura: representar a outorgante perante quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, Órgãos de Defesa do Consumidor especialmente (não exclusivamente): a) Superintendência de Seguros Privados — SUSEP, inclusive suas delegacias regionais; b) Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); c) Banco Central do Brasil; d) Secretaria da Receita Federal; e) Juntas Comerciais; f) Instituto Nacional de Propriedade Industrial — INPI; g) Cartórios de Notas; h) Cartórios de Registro de Imóveis; i) Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; j) Cartórios de Protesto de Letras e Títulos; k) Cartórios de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Jurídicas, podendo: l) assinar fichas de inscrição definitiva federal, estadual e municipal, inclusive os respectivos livros fiscais; m) recolher os tributos respectivos, inclusive taxas e emolumentos e formalizar consultas;



10512602521433.000133242-0



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

n) assinar requerimentos, declarações, certidões, termos de responsabilidade e cartas de credenciamento para fins de participação em licitações de diversas modalidades; o) receber, assinar e expedir correspondências eletrônicas, telegráficas e epistolares, simples e registradas e notificações; p) receber e resolver reclamações e acordar a respeito; e contratar, ajustar preços, cláusulas e condições e assinar os respectivos instrumentos de prestação de serviços com advogados e/ou escritórios de advocacia em geral; enfim, praticar todos os atos e assinar quaisquer documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. O PRESENTE MANDATO TERÁ VALIDADE ATÉ TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE (31/12/2014), EXCETO QUANDO FOR JUNTADO EM ALGUM ATO ADMINISTRATIVO, JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, QUANDO ENTÃO, VIGERÁ ATÉ O TÉRMINO DO RESPECTIVO PROCESSO. Assim o disseram, do que dou fé; pediram-me e lhes lavrei este instrumento que depois de lido em voz alta e clara, foi achado conforme na forma redigida, outorgaram, aceitaram e assinam. Idou, fé. Eu, Edgard Gregorio dos Santos, Escrevente, a lavrei e escrevi. Eu, Gerson Francisco Olegário da Costa, Tabelião, a subscrevi. (a.) ALENCAR RODRIGUES FERREIRA JUNIOR // CARLOS ALBERTO

LANDIM. TRASLADADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2.013. Eu, Edgard Gregorio dos Santos, Escrevente, digital e fiz imprimir. Eu, Gerson Francisco Olegário da Costa, Tabelião Designado, conferi e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Gerson Francisco Olegário da Costa
Tabelião Designado



EMOLUMENTOS DEVIDOS	
Ao Serenário	R\$ 197,04
Ao São. Fazenda	R\$ 50,00
Ao IPESP	R\$ 41,48
Ao Reg. Civil	R\$ 10,38
Ao Tab. Justiça	R\$ 10,38
Ao Sta. Casa	R\$ 1,08
TOTAL	R\$ 317,26

Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9900

Certifico e dou fé que a presente é uma reprodução fiel do original que foi apresentado e lido em voz alta e clara. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2014.

Geovani Alves Cunha - Tabelião - RJ. Tel: 2107-9900

EAUF-10690 RJ. consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cont. por: Serenária : 4,53
RJ+FLUIDOS : 1,53
Total : 5,86

© 1994 by John Wiley & Sons, Inc.

[illegible]

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
 Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Cod: XXXXX100062. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2014.
 Geovani Alves Cunha - Aut.
 EALF-10695 XLE Disponível em <https://www3.tjrr.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS -
 At. 10.511 Le. 6.250/11
 Estabelecido
 CRES n.º 55916
 Selo 13897
 Geovani Alves
 Cunha

© 2004 by The McGraw-Hill Companies, Inc. All rights reserved. Printed in the United States of America. This book is printed on acid-free paper.

4- IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DA PARAIBA: a todo momento deste documento quando utilizado deverá ser no portal www.imprensaoficial.com.br

1º OFÍCIO DE NOTAS
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-7000

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00000100006. Conf. por: 19/08/2014

Rua de Janeiro, 11 de agosto de 2014.

Geovani Alves Lima - RIT.

Escritor

Cunha

Geovani Alves

OFÍCIO DE NOTAS - 1º

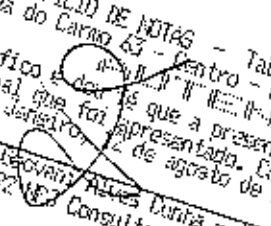
Ma. 21/08/2014

CPF: 030.901.000-00

Ass: 16.00

EX000000000000

BRF-10097 RPI Consulte em <http://esaj.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Farias Oliveira
 Rua do Carmo 43 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Cod: 10000010005E. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  Serventia
 Geovani Alves Cunha - Det. Total 36% TJ+FUNDS : 5.86
 EMLF-10672-103 Consulte em <https://esaj.tjce.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS
 Geovani Alves
 Cunha
 Escrivão
 Curs. 0.0000
 2014/08/12

170 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Rua do Carmo 67 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-7800
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Code: XXXXX1000SF. Cont. por:
 Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2014.
 Geovani Alves Cunha - Aut.
 ENJ-10693 CM Consultar em <https://www3.tjri.jus.br>

Aut. por	: R\$ 0,25
Serventia	: 1,50
Total	: 3,25

Geovani Alves Cunha
 Tabelião
 OFÍCIO DE NOTAS

[illegible]

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

[illegible]

**M.G.H.S.P.E. Empreendimentos
e Participações S.A.**
CNPJ Nº 13.463.928/0001-37 - NIRE 05.546.437/161
Av. da ISCA Brasileira, s/nº 35, 6º. andar - Funchal - 55070

[illegible]

Copyright © 2008 Pearson Education, Inc. All rights reserved.

CEOSAR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMÉRCIO, VENDA
E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMÉRCIO
DE SÃO PAULO - COTAR - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
ANUAL DE 2013 - Em cumprimento ao disposto no artigo 606 do
CT, com redação dada pela Lei nº 12.686/2012, a SEQUESSA
deve apresentar, até o dia 31 de dezembro de 2013, o Contrato de
Emprego, o Contrato de Trabalho e o Contrato de Locação de Imóvel
relacionados aos empregados e empregadas, aos donos de veículos e
aos proprietários de imóveis, inscritos no COTAR, que não tenham recebido
a contribuição sindical de 2013. O prazo para a entrega dos dados é de
15 dias, a contar do dia 15 de janeiro de 2014.

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-7800
 Certificado e dotado de fé pública a presente cópia e a reprodução
 original que foi apresentado. Dat: 30/08/2014. Cor: verde. por: fidel do
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
 Geovani Alves Cunha - aut.
 ENF-10673 17m Consta-se em <https://www.tirj.jus.br/sistema>

OFÍCIO DO 17º
 Geovani Alves
 Cunha
 Escrivente
 CTPS nº 6019
 08/08/2014
 12/08/2014

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: **ACE SEGURADORA S/A**; **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BCS SEGUROS S/A**; **BMG SEGURADORA S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL SEGURADORA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **CIA MUTUAL DE SEGUROS**; **COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA**; **COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **FEDERAL DE SEGUROS S/A**; **FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **J. MALÚCELLI SEGURADORA S/A**; **J. MALUCELLI SEGUROS S/A**; **MAPFRE AFFNITY SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MARÍTIMA SEGUROS S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**; **PANAMERICANA DE SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **PQ SEGUROS S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **QBE BRASIL SEGUROS S/A**; **ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**;



VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014.

[Assinatura]
Maristella de Farias Melo Santos

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira		ARTÓRIO DO 17º	
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800		Bruno Rodrigo Belem Gaspar	
Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS (X000000EFD08)		Escritor	
Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014. Conf. por: _____		CAD/CGJ nº 94.04761	
Em testemunho da verdade. Serventia : 4,20		Art. 20 § 3º Lei 8.935/94	
36% TJ+FUNDOS : 1,50			
Total : 5,70			
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. ERKH-87150 VAY Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico		OFÍCIO DE NOTAS - RJ	





Seguradora Líder - DPVAT

R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3061-4600
www.seguraduralider.com.br

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-00, e por seu Diretor de Relações Institucionais, JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; THEREZINHA COIMBRA FRANÇA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 52420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 14º andar - Centro - RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente da ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com a fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente do alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo o qualquer levantamento, judicial ou em instituições financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Procedendo com a maior diligência, a Seguradora Líder DPVAT realiza a presente procuração a partir de

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983, com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente do alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em instituições financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-0, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.246.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.

Valdir Dias da Silva Sousa Júnior

Valdir Junior
Gerente Jurídico Contencioso

[illegible][illegible][illegible]

1

[illegible][illegible][illegible]

1. **Elaboración de la Propuesta de Ley.** Este primer paso, llevado a cabo por el Comité de Redacción, consistió en la elaboración de una propuesta de ley que estableciera el marco legal para la creación de la nueva institución. Este proceso fue guiado por los principios de la Constitución y por las recomendaciones de la Comisión de la Verdad y la Reconciliación.

2. **Presentación y Debate en el Congreso.** La propuesta de ley fue presentada al Congreso de la República y sometida a un extenso debate. Durante este proceso, se escucharon las opiniones de los legisladores, los expertos y la ciudadanía. Se realizaron audiencias públicas y se recogieron sugerencias para mejorar el texto de la ley.

3. **Adopción y Sanción.** Tras un proceso de deliberación y modificación, el Congreso aprobó la ley por mayoría absoluta. Posteriormente, el Presidente de la República sancionó la ley, convirtiéndola en ley de la República.

4. **Implementación y Vigencia.** La ley entró en vigencia a partir de la fecha establecida en su texto. Desde entonces, ha sido el fundamento legal para la creación y funcionamiento de la Comisión de la Verdad y la Reconciliación.

5. **Impacto y Resultados.** La ley ha permitido la creación de una institución independiente y autónoma, encargada de investigar y esclarecer los hechos de violencia política ocurridos durante el conflicto armado. Ha sido un hito fundamental en el camino hacia la reconciliación nacional.

[illegible]

1. Вопросы к тексту:

1. Каковы основные цели и задачи программы?
2. Какие методы и средства используются для достижения целей?
3. Какие результаты достигнуты в ходе реализации программы?
4. Какие проблемы возникли в процессе реализации программы?
5. Какие перспективы развития программы?

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

RETRORAC

1. Einleitung
 2. Einleitung
 3. Einleitung
 4. Einleitung
 5. Einleitung
 6. Einleitung
 7. Einleitung
 8. Einleitung
 9. Einleitung
 10. Einleitung
 11. Einleitung
 12. Einleitung
 13. Einleitung
 14. Einleitung
 15. Einleitung
 16. Einleitung
 17. Einleitung
 18. Einleitung
 19. Einleitung
 20. Einleitung
 21. Einleitung
 22. Einleitung
 23. Einleitung
 24. Einleitung
 25. Einleitung
 26. Einleitung
 27. Einleitung
 28. Einleitung
 29. Einleitung
 30. Einleitung
 31. Einleitung
 32. Einleitung
 33. Einleitung
 34. Einleitung
 35. Einleitung
 36. Einleitung
 37. Einleitung
 38. Einleitung
 39. Einleitung
 40. Einleitung
 41. Einleitung
 42. Einleitung
 43. Einleitung
 44. Einleitung
 45. Einleitung
 46. Einleitung
 47. Einleitung
 48. Einleitung
 49. Einleitung
 50. Einleitung
 51. Einleitung
 52. Einleitung
 53. Einleitung
 54. Einleitung
 55. Einleitung
 56. Einleitung
 57. Einleitung
 58. Einleitung
 59. Einleitung
 60. Einleitung
 61. Einleitung
 62. Einleitung
 63. Einleitung
 64. Einleitung
 65. Einleitung
 66. Einleitung
 67. Einleitung
 68. Einleitung
 69. Einleitung
 70. Einleitung
 71. Einleitung
 72. Einleitung
 73. Einleitung
 74. Einleitung
 75. Einleitung
 76. Einleitung
 77. Einleitung
 78. Einleitung
 79. Einleitung
 80. Einleitung
 81. Einleitung
 82. Einleitung
 83. Einleitung
 84. Einleitung
 85. Einleitung
 86. Einleitung
 87. Einleitung
 88. Einleitung
 89. Einleitung
 90. Einleitung
 91. Einleitung
 92. Einleitung
 93. Einleitung
 94. Einleitung
 95. Einleitung
 96. Einleitung
 97. Einleitung
 98. Einleitung
 99. Einleitung
 100. Einleitung

Princípios, Fundamentos e Termos
Sociedades, Sociedades e Planos
RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS
ANÁLISES E AVALIAÇÃO DE PROJETOS



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hólio Hiroshi Kinoshita, Jábli de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cesar Alves de Oliveira, Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Modelos, Rosana Techima Salzano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração de

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2

2830951

diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe; diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton; diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes; diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira; diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (III) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

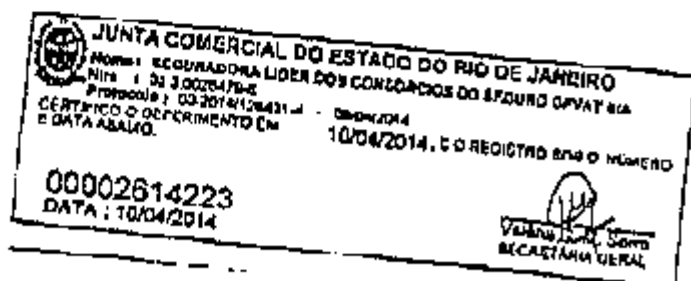
VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Teahima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

André Lael Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.1.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012

DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

PRESEÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germano Santos, Hideo Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiute, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cesar Alves de Oliveira, Juvêncio Cavalcante Braga, Sidney Maury Sentoma, Marcelo Goldmann e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcantara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatuaassu Xavier, Marcelin Davoli Lopes, José Márcio Barbosa Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faria.

ORDEM DO DIA: (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATUAASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 834.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 01.684.236-X, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-3, expedido pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.427.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINICIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012
Página 1 de 2

Diretores em elatos declaram que não estão incurso em nenhum crime que a impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para isso, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial as constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Catão de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e diretor designado responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pelo cumprimento da lei nº 2.613/98 e diretor designado responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor designado responsável técnico e diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais pertinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora eleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada dissentiram a título de assuntos permitidos.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora eleitos declaram estar cientes de que as deliberações lidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser lido, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalho - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldeman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinicius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Acauanayn Xavier - Diretor Presidente eleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor eleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor eleito; (ass.) Cláudio Mendes Ladeira - Diretor eleito; (ass.) Marcus Vinicius Catão de Felipe - Diretor eleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

André Leal Faoro

André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro D'VAT S.A., realizada em 26 de setembro de 2012
Página 2 de 2

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

(em organização)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO realizada em 10 de Outubro de 2007.

1. DATA, HORA E LOCAL:

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2. PRESENÇA:

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Abreu Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Jovêncio Cavalcante Braga, Leuro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Gomes, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Paoro

3. ORDEM DO DIA:

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/FP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e REGINA MARIA RANGEL FARIAS, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembleia geral extraordinária, caso...

exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembleia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.

5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES

(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP da sua eleição na Assembleia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.

6. ENCERRAMENTO:

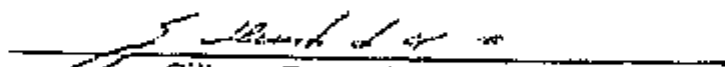
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.


Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007


Luiz Távares Pereira Filho
Presidente do Conselho



André Leal Fuoro
Secretário


Casimiro Blanco Gómez



Gilberto Duarte de Abreu Filho



Idnocêlio Mendes Vieira

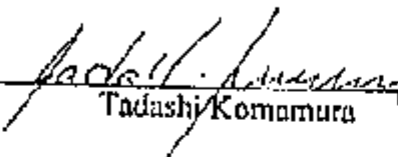

Juvêncio Cavalcante Braga

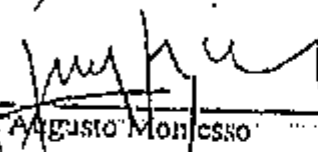

Lauro Mugno Aguzzi

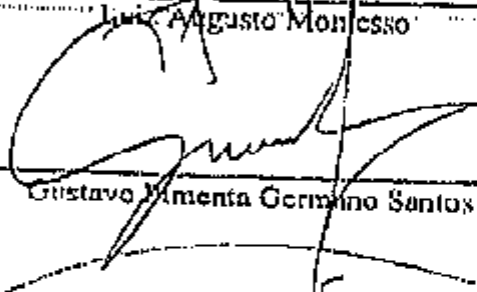
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

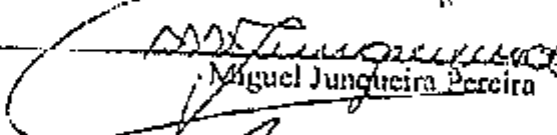

Luiz Tavares Pereira Filho


Emerson Bernardes da Silva



Tadashi Komamura

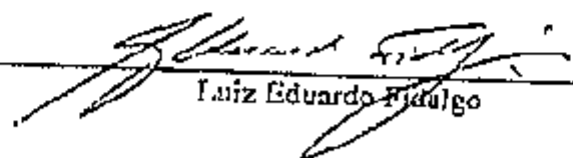

Luiz Augusto Montes


Gustavo Mimenta Germino Santos


Miguel Junqueira Pereira



Múcia Noves de Albuquerque Cavalcanti


Júlio César Alves de Oliveira


Luiz Eduardo Fialgo

10/10/2007

Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



 Mauro César Batista

10/10/2007

10/10/2007

60

4

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 3 e 4.**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10 E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - FENASEG, Sr. João Elísio Ferruz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar o mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Genie Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Genie Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio são ... lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir do 1º de fevereiro de 2008.

**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEO, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 3 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 9 de 20

categorias 1, 2, 9 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas do exercício futuro, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações holonárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas ou outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas do exercício

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro DPVAT
Pl. 10 de 20

futuros efetivamente despendidas; despesas municipais; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convenicionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir alíquotas, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de suspensão da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder; imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Clausula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEQ, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Clausula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Clausula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Clausula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Clausula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 12 de 20

convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleia.

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercido a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias no término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela da sua

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 13 de 20

responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida no Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário do seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia da montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1 - O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT - categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornaram titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem os Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvada as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntas e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso. "


Ata da Assembleia de Constituição das Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 15 de 20


Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.


Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

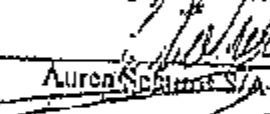

Presidente da Mesa



Secretário da Mesa

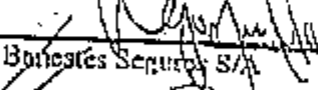

ACE Seguradora S/A



American Life Companhia de Seguros

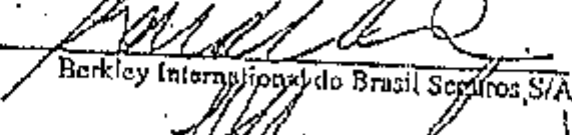

APS Seguradora S/A

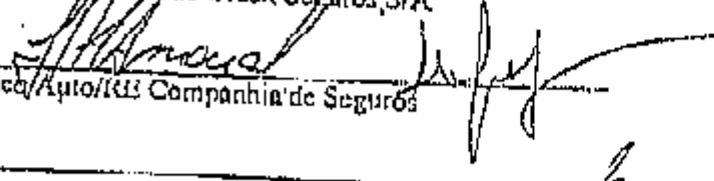

Aurora Seguros S/A

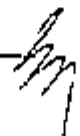

Azul Companhia de Seguros Gerais


Bonifaz Seguros S/A

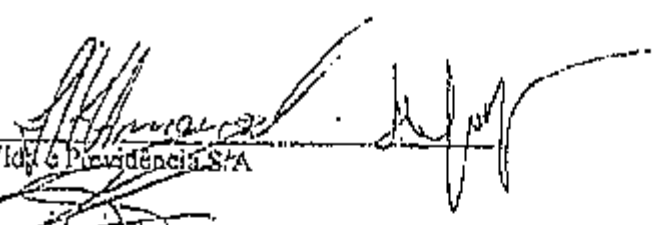

BCS Seguros S/A

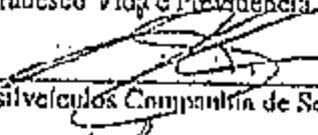

Berkley Internacional do Brasil Seguros S/A

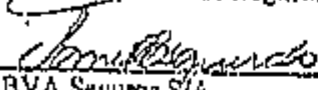

Bradesco Auto/Res Companhia de Seguros



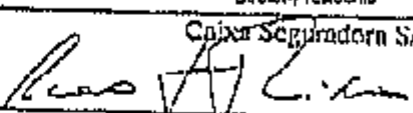
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios da Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20

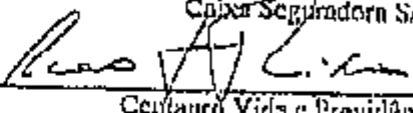

Bradesco Vida e Previdência S/A

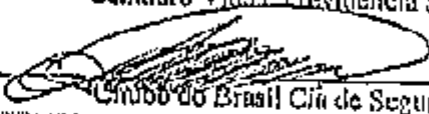

Brásilveículos Companhia de Seguros

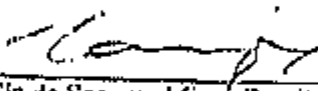

BVA Seguros S/A

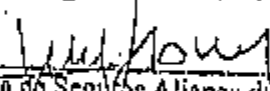
Thierry Clauton
Diretor-Presidente

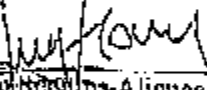

Caixa Seguradora S/A


Centauro Vida e Previdência S/A



Cindos do Brasil Cia de Seguros

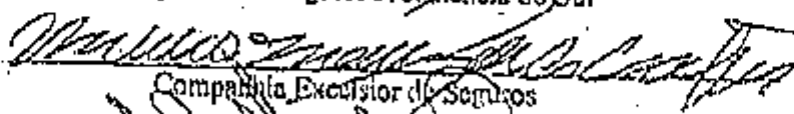

Cia de Seguros Minus Brasil

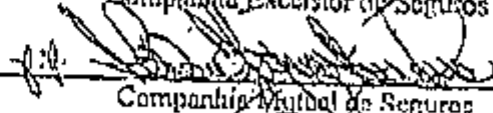

Companhia de Seguros Aliança do Brasil



Companhia de Seguros Aliança do Brasil



Companhia de Seguros Grailha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro D'VAI
Fl. 17 de 20

~~Associação dos Seguros e Previdência do Estado do Ceará~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finnax Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Genie Seguradora S/A

Gealing Sul América S/A - Seguros Industriais

Geniu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itai Seguros S/A

Itai Vida e Previdência S/A

I. Malucelli Seguradora S/A

Iava Nordeste Seguros S/A

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Mapre-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios da Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20

Mutualidade Seguros S/A

MBM Seguradora S/A

Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

Mongeral S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguradora do Brasil S/A

Panamericana de Seguros S/A

Paraná Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Sinfa Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinfa Previdência Cia de Seguros

Ato da Assembleia da Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Pl. 19 de 20

Testimonials

Quelques-uns de ces documents sont
de 1728-1729 (1728/1729) et de 1728-1729

Qualificação: *Atividade Docente*
 ID: *19042207-2 (SSP. SP)*
 CN: *12 070 000.00*

Ata da Assembleia da Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 20 de 20

LISTA DE ADMISÃO

GUSTAVO FRANCISCO BACHION

015/24 13 8,242

Gustavo Franco Pacheco
Abogado
OAHUJ 138,342

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEQ, Sr. João Elísio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Piroo para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gentis Seguradora S.A., Sr. Vasco Muenari Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gentis Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Muenari Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11, I dos Instrumentos de Consórcio da Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blumeo, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual de quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blumeo. O Sr. Vasco Muenari Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**"INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,
9 e 10.**

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 1 de 20

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, na qualidade de Interviente-onuente,

Considerando:

(a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;

(b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;

(c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados nos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADEÇÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 2 de 20

Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

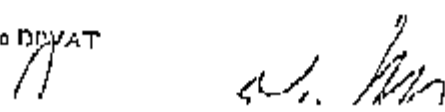
4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual dos receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, o metade da forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição do patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou se torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadores de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Pl. 3 de 20



Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1. - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui conveniado, a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2. - A **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3. - Caso a referida **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, em virtude de operação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, e a futura

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 4 de 20

Consideração que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a finalização da sua contratação, por meio do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder atuar entre as Seguradoras consorciadas na arrecadação e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 5 de 20

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecida o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento expondo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquela em que pretenda ser excluída,

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras remanescentes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar as pedidos, a não ser na hipótese do item 13.1.1, abaixo,

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuídas ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
11.6 de 20

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IDNR, e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente pedido de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações julgadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevier decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio do Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso as desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao "Seguro DPVAT" - categorias 1, 2, 9 e 10.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Sida dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste Instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste Instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso."


Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 8 de 20

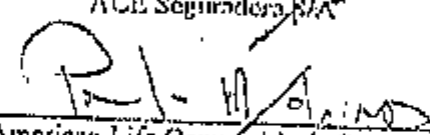
Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavagem desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

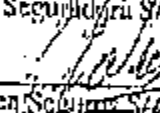

Presidente da Mesa



Secretário da Mesa

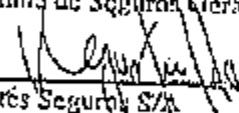

ACE Seguradora S/A

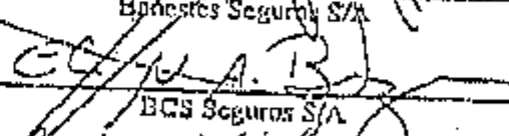

American Life Companhia de Seguros

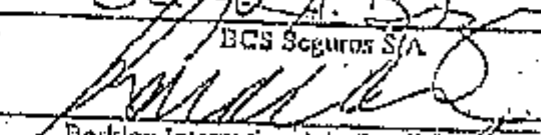

APS Seguradora S/A

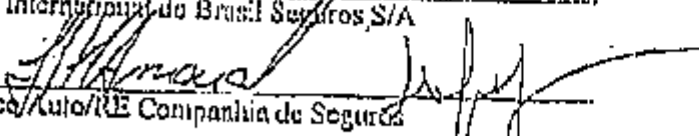

Anren Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais


Bonestres Seguros S/A


BCS Seguros S/A


Berkley International do Brasil Seguros S/A


Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

[Signature]
Bradesco Vida e Previdência S/A

[Signature]
Brasileiros Companhia de Seguros

[Signature]
BVA Seguros S/A

[Signature]
Thierry Claudon
Diretor-Presidente

[Signature]
Caixa Seguradora S/A

[Signature]
Centouro Vida e Previdência S/A

[Signature]
Cibao do Brasil Cia de Seguros

[Signature]
Cia de Seguros Minas Brasil

[Signature]
PP Companhia de Seguros Aliança do Brasil

[Signature]
Companhia de Seguros Aliança do Brasil

[Signature]
Companhia de Seguros Grãfia Azul

[Signature]
Companhia de Seguros Previdência do Sul

[Signature]
Companhia Executor de Seguros

[Signature]
Companhia Mutual de Seguros

[Signature]
CONAPP Companhia Nacional de Seguros

[Signature]
Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Conselheiros do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20

Associação das Companhias Seguradoras do Estado de São Paulo

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finnua Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Genes Seguradora S/A

Geeling Sul América S/A - Seguros Industriais

Genus Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Ins Seguros S/A

Ins Vida e Previdência S/A

J. Mulacelli Seguradora S/A

Jaya Nordeste Seguros S/A

Mapfre Xara Cruz Seguradora S/A

Mares-Mapfre Risco Especial Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Pl. 18 de 20

Marítima Seguros S/A

MBM Seguros S/A

Minas-Brasil Seguros Vida e Previdência S/A

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

Mogeral S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguros do Brasil S/A

Panamericana de Seguros S/A

Panamá Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Safra Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinhal Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguros PRIVAT
Pl. 19 de 20

[illegible][illegible]

115-123

[illegible]

[illegible][illegible]

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 23 DE MARÇO DE 2011 Data

Na Figura 10, nota-se que a maioria dos artigos publicados em 2011, na área de Licença, foi sobre o tema sobre a Companhia, totalizando 3 títulos. Os outros artigos são: 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891,

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA MUNICIPAL	R\$ 964,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 109,00 (*)
PROFESSORES PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 109,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 109,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E INTERIORES.

NOTA: As assinaturas devem discionar somente as seguintes vagas: a) PROCURADOR GERAL DO ESTADO (Federal, Estadual, Municipal), mediante a formalização da respectiva autorização de Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de preços autorizados para este material. Estes materiais poderão ser obtidos em nossa Agência e nos seguintes endereços do Estado (EAD), depois das inscrições abertas dentro do prazo estabelecido à sua Prefeitura (Poder Judiciário nº 47, Diário, Notícias, RJ).

ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelo assinatura de D.O.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Professor Nilton Cavalcanti nº 81, Centro - Niterói - RJ. CEP 24.030-258. Tel: (0xx21) 2711-4141 - FAX: (0xx21) 2717-4343

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Estado do Rio de Janeiro, Tel.: 0800-28.646.26, das 9h às 18h.

[illegible][illegible]

GA MENA E DEPENDENCIA QUIMICA, ATENDIMENTO PSICOLOGICO DE PUERPERAS COM DIFICULDADE DO DEBILIDADE MENTAL, DISTURBIOS PRODUTOS E PREVENCAO CAUSADOS PELO USO DE DROGAS, ALEM DE INFRA-ESTRUTURA OFERTADA NO LOCAL DE ENTREGA, INCLUSIVE ALIMENTACAO, SUPERVISAO E CONFORMIDADE PSICOLOGICA E CURSOS MEDICOS CAPACITACAO SOCIAL DE GRUPOS (PARCELOS) E CONSULTA EM ACESSO DE ENTREGA UNICO E INDIVIDUAL.

POSSUI: 1.000.000 - 10 - COT: 25.704.000 - 10/10/2011

HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA EPP
CNPJ nº 06.289.056/0001-02

CONVOCAÇÃO: (ART. 1.512 e 1.º e 2.º DO Cód. CIVIL), para o 1.º ato convocatório de 20/09/2012 e no dia 27/09/2012, às 14 h do horário local, para receber propostas em envelopes selados para a licitação denominada Licitação para Engenharia Hydratec, Comércio e Tecnologia Ltda. EPP, com sede na Rua Compaço da Mata nº 106, Jd. W - bairro Moinho D'Água nº 20.775-000, por meio do edital que se encontra em anexo ao presente Edital nº 10H/2012. Registro Geral (RG) 46 - CNICM 038.7603-7 - CPF nº 054.446.509-72.

CASTELLO INDUSTRIA E COMMERCIO S.A.
CNPJ 03.321.818/0001-03
AVISO: A empresa e a sua filial, Alfa Sudesteste Administração, no endereço
dado, via Avenida Nelo Freire, 50, sala 5117, no Brasileirão 4, que-
de ter sido o nº 123.014.458.004, do 15 de dezembro de 1946, tem
de 1946, nº 10, no prazo de 2012. A Diretoria.

COMPANHIA VALE
CNPJ nº 13.053.000/0001-54

FATO RELEVANTE: A Vale S.A. possui informações sobre o desenvolvimento físico (FPA) em Vale do Rio do Antônio do município de São José do Patto do Fogo, RJ de janeiro de 2012. Exatidão econômica em comparação com o mesmo período do mesmo dos indicadores comparados. De acordo com o artigo 3º, § 4º da Instrução CVM nº 355, pelo CNAE, a Vale possui recursos disponíveis em sua carteira financeira, em moeda nacional, incluindo o CVM, de acordo com a VALE, em valores em reais, o valor total em R\$ 6 milhões, RJ de janeiro de 2012. João Martins - Diretor Executivo em Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.799.883/0011-04

YETIMORAS TRANSPORTES S/A - TRANSPETRO tem a maior capacidade de transporte no Estado do Acre. A YETIMORAS, uma das maiores Operadoras para o petróleo do Estado do Acre, possui uma frota composta por 6 Camionetas, 10 Camionetas e 10 Camionetas, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacitando as empresas com uma vazão de 100 km, com diâmetro de 8" e 24 de Diâmetro do 2011 - Rodovia Acreana, km 100 - Manaus, Amazonas. E-mail: ytimoras@ytimoras.com.br

PETROLIO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ: 33.000.167/0001-01
INTERIOR DE CREDITO DE USO DE RECURSOS UNIDOS

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS terá pubes que virão do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a CAUTERIZAÇÃO DE DENTÃO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS QUITA DENTÃO, com validade até 28 de março de 2013, que a empresa a captação de água bruta em A (muito) pouco do Rio Capim, com a finalidade de fornecer água (saneamento) e umedecimento do solo, na floresta ribeirinha RPA, Baía de Guanabara, no Favelado Madureira, entre os Bns Macaço e Cordeiro, Porto das Colinas, município de Buzios.

[illegible]

BR PETROBRAS
 Companhia Aberta
 CNPJ nº 33.000.160/0001-91
 NIRE nº 33300032061
 *EXATOS DE CONDIÇÃO

© Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS. A PETROBRAS, suas subsidiárias, filiais, controladas, controladoras, e a Companhia de Petróleo e Gás (COPET) não assumem qualquer responsabilidade por danos materiais ou morais decorrentes de qualquer erro ou omissão, direta ou indireta, decorrente da utilização das informações aqui divulgadas. A COPET não se responsabiliza por danos decorrentes de qualquer erro ou omissão, direta ou indireta, decorrente da utilização das informações aqui divulgadas. A COPET não se responsabiliza por danos decorrentes de qualquer erro ou omissão, direta ou indireta, decorrente da utilização das informações aqui divulgadas. A COPET não se responsabiliza por danos decorrentes de qualquer erro ou omissão, direta ou indireta, decorrente da utilização das informações aqui divulgadas.

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTDA
SOCIIDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

RESUMO: "INSTRUMENTO SOCIAL: 200006- JOÃO GUILHERME FUSO RODRIGUES ESTRELLA (CPF: 754.737.987-72). FÉRRIA SOUZA BRANDÃO (CPF: 594.535.517-34). JOÃO PAULO LYRA DA SILVA (CPF: 544.123.572-91) E FLAVIO GOMES FIDAO (CPF: 497.778.657-87). OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICODUCAL E A SAÚDE A PORTADORES DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS. DESENVOL-



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandra, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Tachima Salzano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IEP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

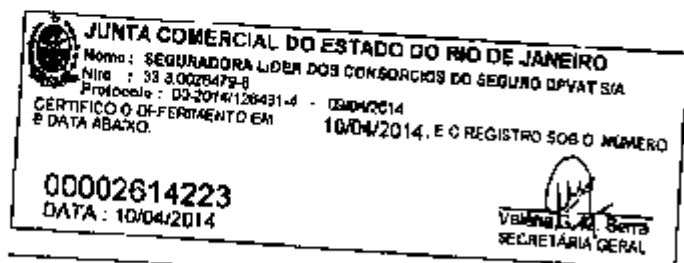
VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

André Leal Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012

DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germano Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiede, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Juvêncio Cavalcante Braga, Sidney Maury Sentoma, Marcelo Goldman e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcantara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, José Márcio Barbosa Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como **Diretor-Presidente da Companhia**; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pela IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012
Página 1 de 2

Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e diretor designado responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pelo cumprimento da lei nº 9.613/98 e diretor designado responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor designado responsável técnico e diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalho - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinicius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Acatauassú Xavier - Diretor Presidente reeleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor reeleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor reeleito; (ass.) Cláudio Mendes Ladeira - Diretor reeleito; (ass.) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe - Diretor reeleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

André Leal Faoro

André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012
Página 2 de 2

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (em organização)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO realizada em 10 de Outubro de 2007.

1. DATA, HORA E LOCAL:

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2. PRESENÇA:

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Abreu Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lauro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Momesso, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

3. ORDEM DO DIA:

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembléia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/IFP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e **REGINA MARIA RANGEL FARIAS**, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembléia geral extraordinária, caso

exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembléia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.

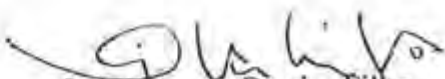
5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES

(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de sua eleição na Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.

6. ENCERRAMENTO:

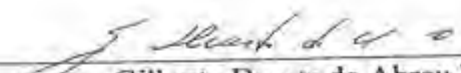
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.


Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007



Luiz Távares Pereira Filho
Presidente do Conselho



André Leal Faoro
Secretário


Casimiro Blanco Gómez

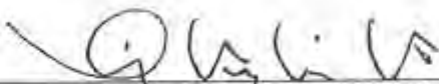

Gilberto Duarte de Abreu Filho


Idacelmo Mendes Vieira


Juvêncio Cavalcante Braga


Lauro Magno Agrizzi

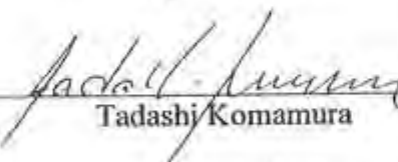
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



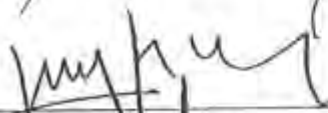
Luiz Tavares Pereira Filho



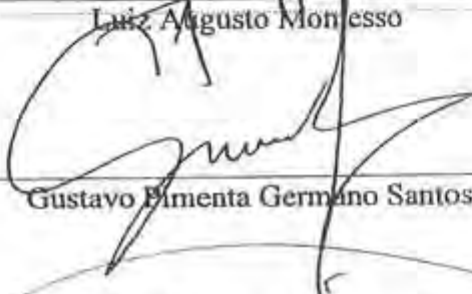
Emerson Bernardes da Silva



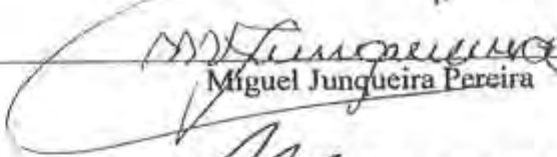
Tadashi Komamura



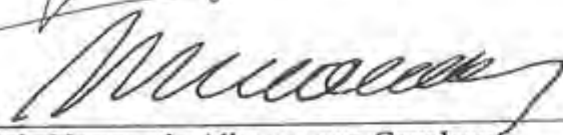
Luiz Augusto Monesso



Gustavo Pimenta Germano Santos



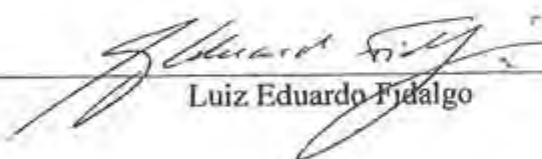
Miguel Junqueira Pereira



Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti



Júlio Cezar Alves de Oliveira



Luiz Eduardo Fidalgo

RECEBUE

Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

Mauro César Batista

2015-04
2015-04

6

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 3 e 4.**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembléia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10 E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembléia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembléia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembléias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**"INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interveniente-anuente,

Considerando:

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 13 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

categorias 1, 2, 9 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação das demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

5.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 – 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula “*ad negotia*” e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 – A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 – Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembléia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembléia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 12 de 20

convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembléias.

11.2 - Nas assembléias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembléias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembléias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada à: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua

responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.


E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso. “

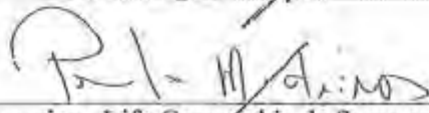
Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

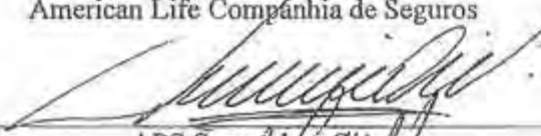
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

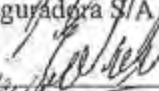

Presidente da Mesa



Secretário da Mesa

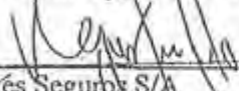

ACE Seguradora S/A

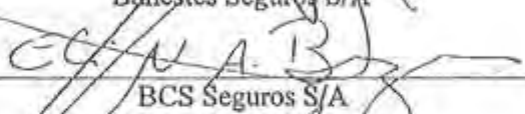

American Life Companhia de Seguros

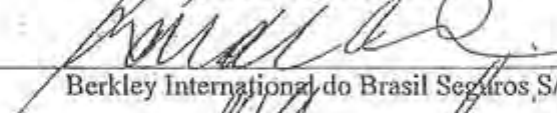

APS Seguradora S/A

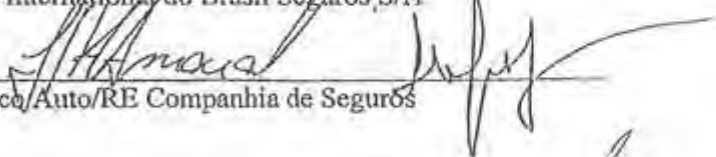

Aurea Seguros S/A

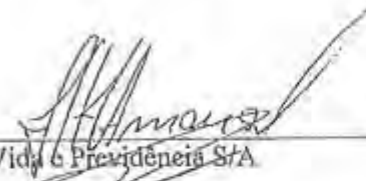

Azul Companhia de Seguros Gerais



Banestês Seguros S/A

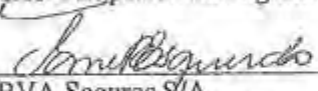

BCS Seguros S/A


Berkley International do Brasil Seguros S/A



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

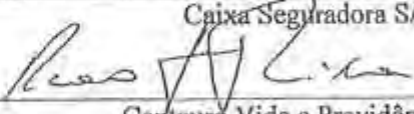

Bradesco Vida e Previdência S/A


Brasilveículos Companhia de Seguros


BVA Seguros S/A

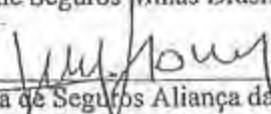
Thierry Claudon
Diretor-Presidente



Caixa Seguradora S/A



Centauro Vida e Previdência S/A

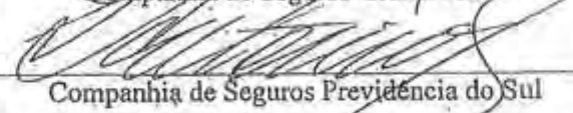

Cnubo do Brasil Cia de Seguros

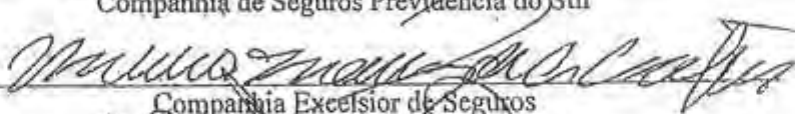

Cia de Seguros Minas Brasil

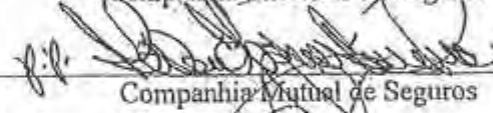

Companhia de Seguros Aliança da Bahia



Companhia de Seguros Aliança do Brasil

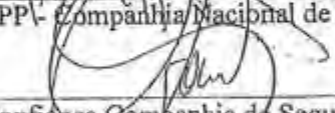

Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP- Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

~~COSI-SP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A

Java Nordeste Seguros S/A

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

Marítima Seguros S/A

MBM Seguradora S/A

Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

Mongeral S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguradora do Brasil S/A

Panamericana de Seguros S/A

Paraná Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Safra Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinaf Previdência Cia de Seguros

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: **CONSORCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 E 4**

Protocolo: 003308070400 - 17/01/2008

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008 E O REGISTRO SOB O NOME E DATA 18/01/2008

33.5.0002215-9

DATA 18/01/2008

Valéria C.A. Serra
SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tóquio Marine Brasil Seguradora S/A

Tóquio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG - CIA DE SEGUROS

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
Interveniente-Anuente

Testemunhas:

Qualificação: Ricardo de Sá Azevedo Xavier
RG - 03.851.764-7 (Defensor 1537-RJ) CPF: 728.150.537-53

Qualificação: Marcelo de Souza Costa
RG 19642307-2 (SSP-SP)
CPF 132.870.806-08

VISTO DE ADVOGADO
GUSTAVO FRANCO PACHECO
OAB/RJ 138.392
Gustavo Franco Pacheco
Advogado
OAB/RJ 138.392

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 20 de 20

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 1,2, 9 e 10**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembléia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elísio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembléia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembléia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembléias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,
9 e 10.**

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 1 de 26

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação das demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembléia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembléia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, e a futura

Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembléia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembléias.

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada à: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9 e 10,

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso."


assinado

Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

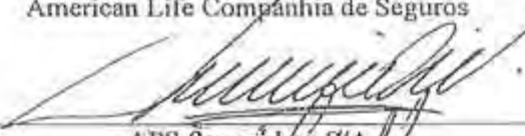
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

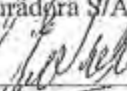

Presidente da Mesa



Secretário da Mesa

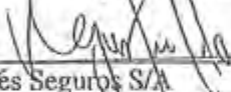

ACE Seguradora S/A

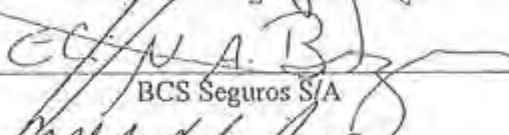

American Life Companhia de Seguros

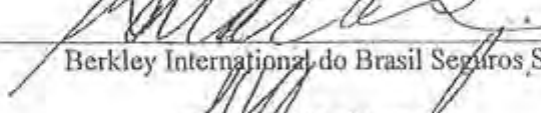

APS Seguradora S/A

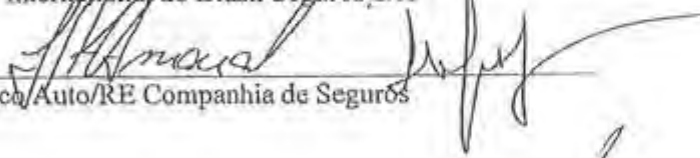

Aurea Seguros S/A



Azul Companhia de Seguros Gerais

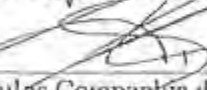

Banestês Seguros S/A

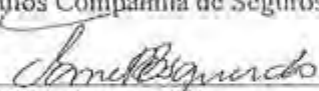

BCS Seguros S/A


Berkley International do Brasil Seguros S/A



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

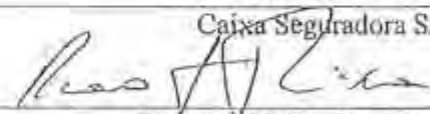

Bradesco Vida e Previdência S/A


Brasileveículos Companhia de Seguros


BVA Seguros S/A


Thierry Claudon
Diretor-Presidente

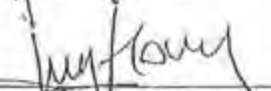

Caixa Seguradora S/A



Centaurus Vida e Previdência S/A


Chubb do Brasil Cia de Seguros

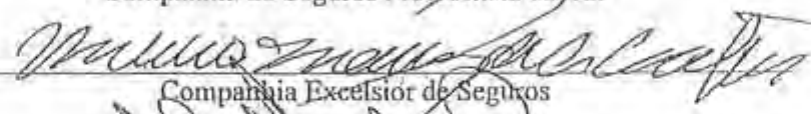

Cia de Seguros Minas Brasil



pp Companhia de Seguros Aliança da Bahia



Companhia de Seguros Aliança do Brasil

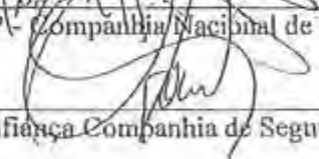

Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


pp Companhia Mutual de Seguros


CONAPP - Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

~~COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A

Jaya Nordeste Seguros S/A

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

Marítima Seguros S/A

MBM Seguradora S/A

Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

Mongeral S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguradora do Brasil S/A

Panamericana de Seguros S/A

Parana Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Safra Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinuf Previdência Cia de Seguros

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: CONSORCIO DE OPERACAO DO SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS
 PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES "CE VIA
 TERRESTRE-OPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2,3 E 1A"
 Protocolo: 00-2008/007838-6 - 17/01/2008
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008 - E.O. REGISTRO SOB O N° 193
 DATA ABAIXO
 33.5.0002214-1
 DATA 31/01/2008
 VAREJA S/A Sertão
 SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Tokio Marine Seguradora S/A

UBI Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG BRASIL CIA DE SEGUROS

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
 Interveniente-Anuente

Testemunhas

Qualificação Ricardo de Sá Azeiteiro Assis
 RG: 03.891.264-7 (2ª série/1357-23) CPF: 728.150.517-53

Qualificação Marcos David Loren
 RG 19842307-2 (SSP-SP)
 CPF 132.870.808-08

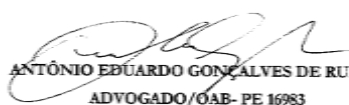
VISTO DE ADVOGADO
 GUSTAVO FRANCO PACHECO
 OAB/RJ 138.352
 Gustavo Franco Pacheco
 Advogado
 OAB/RJ 138.302

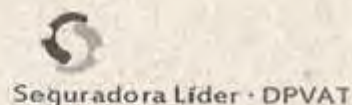
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
 Fl. 20 de 20

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **com reservas**, os poderes que lhe foram conferidos por, SABEMI SEGURADORA S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; ESSOR SEGUROS S.A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ARUANA SEGUROS S/A; BTG PACTUAL SEGURADORA S.A.; AUSTRAL SEGURADORA S.A.; ARGO SEGUROS BRASIL S.A.; UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A; SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; ANGELUS SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; SUHAI SEGUROS S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA. DE SEGUROS; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ICATU SEGUROS S/A; COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; PQ SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS; CAIXA SEGURADORA S/A; VANGUARDA CIA. DE SEGUROS GERAIS; MAPFRE VIDA S/A; COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS; MARÍTIMA SEGUROS S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MBM SEGURADORA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; VIDA SEGURADORA S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ALFA SEGURADORA S/A; ACE SEGURADORA S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; PAN SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; GENTE SEGURADORA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; BMG SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; FEDERAL SEGUROS S/A; BRADESCO SEGUROS S/A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT ao advogado **LUIZ RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA inscrito na OAB/CE sob o nº 29.743**, brasileiro, solteiro, regularmente inscrito na OAB/CE sob o nº OAB/CE 25.213, com endereço profissional na Rua Dr. Paiva, 144-A, Centro, Assaré/CE CEP: 63140-000 com poderes para ter acesso aos autos para carga, cópia, praticar os atos necessários para o fiel cumprimento deste substabelecimento, nos autos deste processo, tendo o presente termo vigência para protocolo em até 1 (um) ano após a data de sua assinatura, caso não protocolado aos autos.

Recife/PE, 11 de agosto de 2014.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
 ADVOGADO/OAB- PE 16983



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do **Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife – PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.


Valdir Dias de Sousa Júnior

Valdir Junior
Gerente Jurídico Contencioso

 CORREIOS		AR		AVISO DE RECEBIMENTO		MP	
DESTINATÁRIO Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvt S.a. Rua Senador Dantas, 74, 5. Andar, Centro 20031-201, Rio De Janeiro, RJ AR299624150TZ							
							
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Secretaria da 27ª Vara Cível de Fortaleza Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº 220, Edson Queiroz 60811-890, Fortaleza, CE				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) 0855157-89.20*4.8.CB.0001-C02 (Proc. digital)			
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Endereço incorreto <input checked="" type="checkbox"/> Não encontrado <input type="checkbox"/> Não existe número <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Outros		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO EDMAR 8.348.067-2 CDD 1º MARÇO			
ATENÇÃO Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto				DATA ENTREGA			
ASSINATURA DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR							

CORREIOS		AR AVISO DE RECEBIMENTO		MP
DESTINATÁRIO Mapfre Seguradora S.a Antonio Sales, 1357Q, Sala 11/14, Joaquim Tavora 60136-100, Fortaleza, CE				
AR299598622TZ 				
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Secretaria da 2ª Vara Cível de Fortaleza Rua Desembargador Floriano Benévildes Magalhães, nº 220. Edson Queiroz 60611-690, Fortaleza, CE				
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) 0855157-89.2014.8.05.0001-001 (Proc. digital)		
ATENÇÃO Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Endereço incorreto <input type="checkbox"/> Não existe o número <input type="checkbox"/> Desconhecida <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Não permitido <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Falta de		
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO Sérgio Agente de Correios Matr. 2.150.127-0		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR HILARIO CORREIA		DATA ENTREGA 22-09-14 Nº DOC. DE IDENTIDADE 202006010001		

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 27 VARA CIVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CEARA.

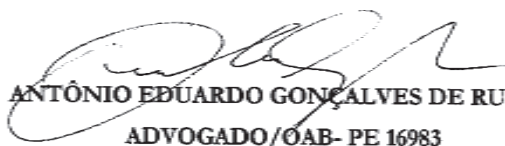
Processo n.º 0855157-89.2014.8.06.0001

MAPFRE SEGUROS GERAIS E SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO S/A, já qualificadas nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, que lhe promove **ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS**, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a juntada do processo administrativo, ora em anexo.

Requer, ainda, a ora peticionante que seja observado o nome do patrono **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983**, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos, pede deferimento.

De Recife para Fortaleza, 17 de Novembro de 2014.



ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA
ADVOGADO/OAB-CE 29.743

PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



DADOS DO SINISTRO

Número: 2011476790

Cidade: Russas

Natureza: Invalidez
ParcialVítima: ANTONIO MARCOS DA
SILVA FREITAS

Data do acidente: 06/08/2011

Emissor do parecer: Arnaldo
Kacelnik

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Prestadora: IBMES INST.BRASDE MEDICINA
ESPEC.EM SEGUROS LTDA

CRM do médico: 312915

PARECER

Data da análise: 31/01/2012

Valoração do IML:

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA EM MÃO ESQUERDA

Resultados terapêuticos: TTO CIRURGICO

Sequelas permanentes: DANO FUNCIONAL PERMANENTE EM MÃO E

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida: Não

Quantificação das sequelas: DANO LEVE DE MÃO ESQUERDA COM BASE EM DOC MÉDICA

Documentos
complementares:

Observações:

Valor pleiteado: 9.450,00

Médico avaliador: ARNALDO KACELNIK

UF do CRM do médico: RJ

DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Perda funcional completa de uma das mãos	70	1	25

Valor avaliado: 2.362,50



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
SUPERINTENDENCIA DA POLÍCIA CIVIL
11ª DPC/ DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS

CERTIDÃO

CARLOS ALBERTO EVANGELISTA, Escrivão de Polícia Civil, lotado na D.G.P.C., com exercício na Delegacia Regional de Russas-Ce, no uso de minhas atribuições legais,

CERTIFICO para os devidos fins que **NÃO EXISTE I.M.L.** (Instituto Médico Legal) nesta Cidade de Russas-CE. O referido é verdade. DOU FÉ. Cartório da Delegacia Regional de Russas, aos 17 de novembro de 2011.

Carlos Alberto Evangelista
22.690 - 1 - 5
Polícia Civil - CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
RUSSAS - CE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA
1004026



Width1Width3Width993Width3Width8643

BOLETIM DE OCORRÊNCIAS - B.O.

➤ DADOS DA OCORRÊNCIA

NATUREZA DO FATOS: ACIDENTES - OUTROS

Nº B.O.: 541-03585/2011 CIOPS.

DATA/HORA DA COMUNICAÇÃO: 30/11/2011 11:22

DATA/HORA DA OCORRÊNCIA: 06/08/2011 18:15

ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA: R RAUL BARBOSA

PLANALTO DE BELA VISTA RUSSAS/CE

PONTO DE REFERÊNCIA: EM FRENTE A COELCE

MATERIAL(S) ROUBADO(S)/APREENHIDO(S)

HISTÓRICO: Informa a vítima que em data e hora acima citadas, estava pilotando a motocicleta marca Honda CG 125, cor vermelha, placa HUC 6892, CHASSI CG125BR1382073, EM NOME DE JOSÉ LUIS DE ALMEIDA, quando um animal (cachorro) atravessou a pista, sendo que a vítima não conseguiu desviar-se e colidiu no referido animal. QUE em virtude da colisão, a vítima caiu do veículo e fraturou um dos dedos da mão esquerda. QUE a vítima foi atendida no Hospital e Casa de Saúde de Russas. QUE no dia 09/09/2011, a vítima fez cirurgia em supracitado dedo. E nada mais havendo, dá-se por encerrada a presente ocorrência.

➤ DADOS DA VÍTIMA

NOME: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

RG: 302162596 ORG?O EMISSOR: SSP UF: CE

DATA DE NASCIMENTO: 08/10/1977

FILIAÇÃO: JOSÉ JACO SANTIAGO DE FREITAS

ADELIA GERARDA DA SILVA FREITAS

ENDEREÇO: R AMANCIO MARINHO 1368

PLANALTO DA BELA VISTA 62.900-000

RUSSAS/CE

TELEFONE: 94191944

➤ DADOS DO NOTICIANTE

NOME: VÍTIMA



CARTÃO
AV.
RUSSAS - CEARÁ

A presente cópia fotostática confere
com o original exibido nestas notas. Dou fé.
RUSSAS, 01 DEZ. 2011
Em testemunho da verdade.

Célio Ramalho Torres - Tabelião
Maria de Fátima Maciel Chaves Maia - Substituta
Robyson Nogueira Melo - Esc. Autorizado
Alicia Rosa Barbosa da Costa - Esc. Autorizada
Marcos Costa Torres - Esc. Autorizado
Válido Somente com selo de autenticidade

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: _____

MATRÍCULA: 133970--1-5

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: _____

VISTO DO DELEGADO(A): _____

Rita dos Impossíveis de Santa

ESCRIVÃ DE POLÍCIA CIVIL

Matr. 133970-1-5

X Antônio Apolônio da Silva Filho



A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas. Dou fé RUSSAS.

01 DEZ 2011

Em testemunho da verdade.

☒ Célio Ramalho Torres - Tabelião
☐ Maria da Fátima Maciel Chaves Maia - Substituta
☐ Robyson Nogueira Matoso - Esc. Autorizada
☐ Alderson Barbosa da Costa - Esc. Autorizada
☐ Marcos Costa Torrou - Esc. Autorizada
 Válido Somente com selo de autenticação

Nº DO SINISTRO

2011/476790

INDICADA:

- | | | |
|--------------|------------|-----|
| Nº BANCO 104 | Nº AGÊNCIA | C/P |
|--------------|------------|-----|

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.

UMA VEZ EFETUADO O CRÉDITO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

06 DEZ. 2011

Russos-Ce, 02 de DEZ. 2011
LOCAL / DATA

Assinatura do Favorecido (A) / Beneficiário (A)

OUTROS
1004054

Curitiba, 17 de Janeiro de 2012

Ilmo(a) Sr.(a):
ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

REF: SEGURO 2011476790

Sinistro de INVALIDEZ – Vitima: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

Servimo-nos da presente para informar-lhe que recepcionamos o processo acima mencionado nesta data, o qual foi alvo de nossa maior atenção. O mesmo foi registrado e encaminhado à Líder/Consórcio-DPVAT, para análise de praxe e constatação do grau de redução, conforme sua solicitação. Nesta data o Convênio nos retornou o processo com o seguinte parecer:

Documentação médico-hospitalar (De Entregue para Pendente) - BAM ou declaração do Hospital onde se deu o primeiro atendimento, com a comprovação do nexo entre as lesões e o acidente ocorrido

Diante do exposto, ficaremos no aguardo de referidos documentos para podermos encaminhar o processo à Líder/Consórcio-DPVAT, para finalização.

Tal procedimento esta em conformidade com normas estabelecidas pela Seguradora Líder /Consórcios do Seguro DPVAT.

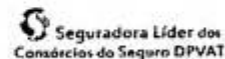
Por fim, consideramos interrompido o prazo inicial de 15 dias que teríamos para nos pronunciar quanto à indenização.

Certo de sua compreensão fica a disposição para esclarecimentos que julgue necessário.


MBM Previdência e Seguro



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



SINISTRO

Número do Sinistro: 2011476790

QUALIFICAÇÃO DO EVENTO

Vítima: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS
CPF: 773.473.743-91 CPF de: Próprio Titular do CPF: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS
Seguradora: MBM SEGURADORA S/A Data do Acidente: 06/08/2011

DOCUMENTOS DO SINISTRO

Documento	Status	Comentário
Documentação médico-hospitalar	Entregue	BAM ou declaração do Hospital onde se deu o primeiro atendimento, com a comprovação do nexo entre as lesões e o acidente ocorrido
Outros	Entregue	

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 29/02/2012
Nome: correio
CPF:

correio

Responsável pelo recebimento na seguradora

Data: 29/02/2012 15:52
Nome: THAIS MARIELLY NICOLLAYOW
CPF: 072.286.459-01

THAIS MARIELLY NICOLLAYOW



Curitiba, 17 de Janeiro de 2012

Ilmo(a) Sr.(a):
ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

REF: SEGURO 2011476790

Sinistro de **INVALIDEZ** – Vitima: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

Servimo-nos da presente para informar-lhe que recepcionamos o processo acima mencionado nesta data, o qual foi alvo de nossa maior atenção. O mesmo foi registrado e encaminhado à Líder/Consórcio-DPVAT, para análise de praxe e constatação do grau de redução, conforme sua solicitação. Nesta data o Convênio nos retornou o processo com o seguinte parecer:

Documentação médico-hospitalar (De Entregue para Pendente) - BAM ou declaração do Hospital onde se deu o primeiro atendimento, com a comprovação do nexo entre as lesões e o acidente ocorrido

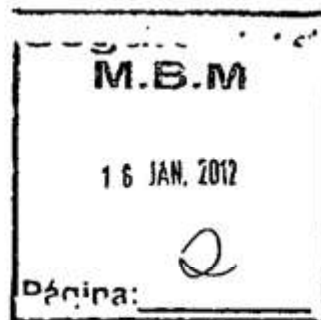
Diante do exposto, ficaremos no aguardo de referidos documentos para podermos encaminhar o processo à Líder/Consórcio-DPVAT, para finalização.

Tal procedimento esta em conformidade com normas estabelecidas pela Seguradora Líder/Consórcios do Seguro DPVAT.

Por fim, consideramos interrompido o prazo inicial de 15 dias que teríamos para nos pronunciar quanto à indenização.

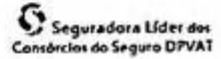
Certo de sua compreensão fica a disposição para esclarecimentos que julgue necessário.


MBM Previdência e Seguro



DOCUMENTO
18.01.12

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



SINISTRO

Número do Sinistro: 2011476790

QUALIFICAÇÃO DO EVENTO

Vítima: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS Data do Acidente: 06/08/2011
 CPF: 773.473.743-91 CPF de: Próprio Titular do CPF: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS
 Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

DOCUMENTOS DO SINISTRO

Documento	Status	Comentário
Documentação médico-hospitalar	Entregue	BAM ou declaração do Hospital onde se deu o primeiro atendimento, com a comprovação do nexo entre as lesões e o acidente ocorrido
Outros	Entregue	

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 18/01/2012
 Nome: CORREIO
 CPF:

CORREIO

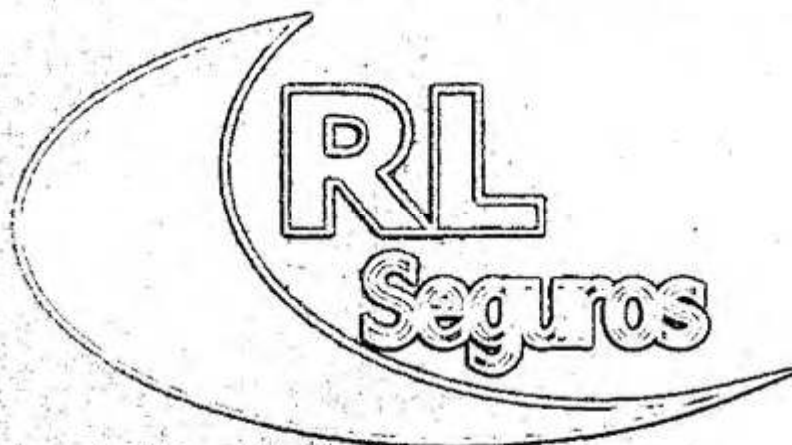
Responsável pelo recebimento na seguradora

Data: 18/01/2012 13:45
 Nome: Gilberto Postinger
 CPF: 402.327.780-00

Gilberto Postinger



PROCESSO PARA INVALIDEZ



Nome: Antonio Manoel do Silva Freitas

Endereço: _____

Cidade: _____

Data do Acidente: ____/____/____

Cidade do Acidente: _____

Cadastro: ____/____/____

Contatos (88) 9211.9545 - Rogério Lima
(88) 9667.6248

A RL Seguros tem a honra de servi-lo(s) na busca constante dos seus direitos e assim sendo, trabalhamos com dedicação e responsabilidade, deixando sempre claro que o paciente/familiar não precisa de terceiros para recorrer à indenização do Seguro DPVAT, mas estamos sempre prontos a ajudá-los(s).

ASSEGURA O QUE É IMPORTANTE PARA VOCÊ.
ESSE É O NOSSO COMPROMISSO!

FAVORECIDO

CLIENTE

ANTONIO MARCOS S FREITAS

AGENCIA: 2253-5

CONTA: 23.232-7

VALOR TOTAL *

5,00

VR. ENVELOPE

2.441.274.376

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.

Cagece

Companhia
de Água e Esgoto
do Ceará

0852338800

DADOS DO CLIENTE

Nome: ADELIA G DA SILVA FREITAS

End. Entregas: RUA AMANCIO MARINHO, 1368, PLANALTO DA BELA VISTA

Cidade: RUSSAS

CEP: 62900-000

End. Entrega:

Cidade:

ECONOMIAS

Residência: 001 | Comercial: 000 | Industrial: 000 | Pública: 000

INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço	Medidor/Letra	Leitura Ant.	Leitura Atual	Vol. (m³)	Média Semestral (m³)
ÁGUA	A07F266851	348	367	19	16
ESGOTO				15	

DADOS DAS LEITURAS

Leitura Atual: 05/10/2011

Leitura Anterior: 05/09/2011

Emissão: 05/10/2011
Próxima Leitura: 05/11/2011

QUALIDADE DA ÁGUA DESTINADA AO CONSUMO 08/2011

Nº de Amostras	Clares	Turbidez	Cor	Fluor	Coliformes Totais	Bacteriologia Cor
Exigidas	45	10	10	5	45	45
Analisadas	78	47	47	13	47	47
Em conformidade	78	46	47	13	47	47

MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aviso de Sinistro DPVAT

fls. 179

Na forma do disposto na resolução Nº 01/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados e Capitalização - CNS, vem ao conhecimento desta Companhia a ocorrência do acidente em questão, com o veículo descrito abaixo:

Marca _____ Tipo ☐ Auto ☒ Moto ☐ Ônibus ☐ Caminhão Ano _____ Veículo não identificado _____

Data do Acidente: 06 / 08 / 11

Nome da Vítima: Antonio Marcos da Silva Freitas

A vítima era: ☒ Motorista ☐ Passageiro ☐ Pedestre O resultado do acidente foi.: ☐ DAMS ☐ Morte ☒ Invalidez

Em cumprimento ao item 10 da resolução 01/75 do CNSP, junto ao presente aviso de sinistro, segue os seguintes documentos.:

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência | <input checked="" type="checkbox"/> Autorização de Pagamento |
| <input type="checkbox"/> DUT Nº _____ | <input type="checkbox"/> Comprovação de Ato Declaratório |
| <input checked="" type="checkbox"/> Documentos de Identificação | <input type="checkbox"/> Alvará Judicial |
| <input type="checkbox"/> RG e CPF do(s) beneficiário(s) | <input checked="" type="checkbox"/> Documentos Médico - Hospitalar |
| <input type="checkbox"/> Certidão de Nascimento | <input checked="" type="checkbox"/> Certidão de Inexistência do IML |
| <input checked="" type="checkbox"/> Comprovante de Residência | <input type="checkbox"/> Certidão de Óbito |
| <input type="checkbox"/> Certidão de Casamento | <input type="checkbox"/> Laudo de Necrópsia |
| <input type="checkbox"/> Termo de Conciliação | <input type="checkbox"/> Laudo de IML - Lesões Corporais |
| <input type="checkbox"/> Prova de Companheirismo | <input type="checkbox"/> Procuração |
| <input type="checkbox"/> Declaração de Cônjuge | <input type="checkbox"/> RG e CPF do Procurador |
| <input type="checkbox"/> Declaração de Separação de Fato | <input type="checkbox"/> Comprovante de Endereço do Procurador |
| <input type="checkbox"/> Termo de Renúncia | <input type="checkbox"/> Despesas Médicas / Hospitalares Originais |
| <input type="checkbox"/> Tutela / Curatela | <input checked="" type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Declaração de Herdeiros | |

Encusamos o recebimento da via original do presente Aviso de Sinistro, com todos os documentos assinalados com "X".

Observações:

Observações: Para cada vítima deverá ser emitido um aviso de sinistro. Eventualmente poderão ser solicitados documentos complementares, objetivando evitar-se liquidações dúbias, em nome da Seguradora e/ou dos próprios beneficiários.

Obs.: Para preenchimento do reclamante

Obs.: Para preenchimento da Seguradora

Local do Aviso _____ Data _____

Local _____ Data 06 DEZ. 2011

Nome do Beneficiário _____



MBM Previdência e seguros

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE ALMEIDA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 04/12/2014 às 12:18, sob o número 140336301. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0855157-89-2014-4 e código 164FB76.

Curitiba, 07 de Dezembro de 2011.

Ilmo. (a) Senhor (a).
Antonio Marcos da Silva Freitas
Rua: Amancio Marinho, 1368
Bairro: Planalto
Cidade: Russas - CE
CEP: 62900-000

Prezado (a) Senhor (a):

REF: SEGURO DPVAT – 2011/476790

Sinistro de INVALIDEZ – ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

Servimo-nos da presente para informar-lhe que recepcionamos o processo acima mencionado em 06/11/2011, o qual foi alvo de nossa maior atenção. Após verificação dos documentos apresentados constatamos a necessidade de documentos complementares, o(s) qual(is) citamos abaixo:

- Deverá ser apresentado junto ao processo;

1. Relatório do médico informando as lesões sofridas

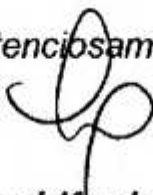
Diante do exposto, ficaremos no aguardo de referidos documentos para podermos encaminhar o processo à Seguradora Líder/Consortio -DPVAT, para finalização.

Tal procedimento esta em conformidade com normas estabelecidas pela Seguradora Líder /Consórcios do Seguro DPVAT.

Por fim, consideramos interrompido o prazo inicial de 15 dias que tínhamos para nos pronunciar quanto à indenização.

Certo de sua compreensão fica a disposição para esclarecimentos que julgue necessários.

Atenciosamente,



MBM Previdência e Seguros

SINISTRO

Número do Sinistro: 2011476790

QUALIFICAÇÃO DO EVENTO

Vítima: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

Data do Acidente: 06/08/2011

CPF: 773.473.743-91

CPF de: Próprio

Titular do CPF: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

DOCUMENTOS DO SINISTRO

Documento	Status	Comentário
Boletim de ocorrência	Entregue	
Certidão de casamento	Dispensado	
Certidão de inexistência de IML	Entregue	
Certidão de nascimento	Dispensado	
Comprovação de ato declaratório	Dispensado	
Documentação médico-hospitalar	Entregue	
Documentos de identificação	Entregue	
DUT	Dispensado	
Laudo do IML - Lesões corporais	Dispensado	
Outros	Entregue	

DOCUMENTOS DAS PESSOAS

Documento	Status	Comentário
BENEFICIÁRIO - ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS		
Alvará judicial	Dispensado	
Autorização de pagamento	Entregue	
Comprovante de residência	Entregue	

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 27/12/2011

Nome: correio

CPF:

correio

Responsável pelo recebimento na seguradora

Data: 27/12/2011 13:38

Nome: LUCIANA VERISSIMO DE SOUZA

CPF: 068.616.459-82

LUCIANA VERISSIMO DE SOUZA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2008007035 - 8 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/10/2011

NOME ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

FILIAÇÃO JOSÉ JACÓ SANTIAGO DE FREITAS

ADÉLIA GERARDA DA SILVA FREITAS

NATURALIDADE FORTALEZA - CE DATA DE NASCIMENTO 08/10/1977

DOC. ORDEM CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 3.871 FOLHA: 234

LIVRO: B 11 RUSSAS - CE

CPF 773.473.743-91 RG: ANT: 3021625-96

1 VIA ASSINATURA DO DETENTOR P. 122

LEI Nº 7.116 DE 29/08/03

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

INTENÇÃO DE CASAMENTO

Polígono Direito

ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

fls. 183

Este documento é a comprovação de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, válida e obrigatória por lei, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

CPF 773.473.743-91

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 03/04/96

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS

CPF 773.473.743-91

08/10/97

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE POR SUA CARGA A PESSOA TRANSPORTADA OU NÃO - SEGURO DPVAT

CE Nº 8125174441 BILHETE DE SEGURO DPVAT

JOSE LUIS DE ALMEIDA

RUSSAS - CE

82014952304

HUC 6892

BILHETE DE SEGURO DPVAT

CE Nº 8125174441

JOSE LUIS DE ALMEIDA

RUSSAS - CE

82014952304

HUC 6892

150463939

MONDA/CE 125

1984

601258R382073

Seguradora Líder dos Consórcios

DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR
1004031



ATENDIMENTO Nº: 11051256
EM: 06/08/2011 AS 18:48
Reg. Geral:

SUS - SISTEMA UNICO DE GUIA DE ATENDIMENTO
Hospital e Casa de Saúde de Russas
Prof. FRANCISCO XAVIER NAIÁ
PEQUENA CIRURGIA/FAE

Nome: ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS
Endereço: TRAV 25 DE AGOSTO, 591
Compl.: PROX MERCEARIA SAO MIGUEL
Bairro: CENTRO
Munic.: RUSSAS
Ocup.: AGRICULTOR (A)
Fone:

Nome Mãe: ADELIA GERARDA DA SILVA FREITAS
Nome Pai: JOSE JACO SANTIAGO DE FREITAS
Data e Diagnóstico: 09/05/2011 FERIMENTO

Diagnóstico: *Volto com 1 amf - IN*
PA = 96 bpm
FC = 96 bpm
PA = 96 bpm
FC = 96 bpm

Condição: *Rx - tomt*
Rx - venoz
548% - 1000ml

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Peso: *140x80*
Temperatura: *36,5*
Pressão Arterial: *140x80*

Paciente: *[Assinatura]*
Atestado e realização do atendimento de acordo com os dados acima.

Atestado e realização do atendimento de acordo com os dados acima.

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*
Ass. Paciente ou Responsável: *[Assinatura]*

28 FEV. 2012

Página: *10*

Adelina do Nascimento

DX 82 mmHg



<https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0855157-89.2014.8.06.0000

ATENÇÃO : A finalidade deste relatório é agilizar a avaliação da invalidez permanente, não sendo obrigatória a sua apresentação.

Nome completo da vítima

Antonio Manoel da Silva Freitas

Número do sinistro

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

Data do acidente :

06/08/2011

Data do início do tratamento médico:

06/08/2011

Nome completo e CRM do médico :

Lesões resultantes do acidente :

Fratura no fêmur

Dados resumidos dos tratamentos realizados (datas) :

Cirurgia - osteossintese

Existe algum defeito físico ou doença pré-existente ?

[] sim [x] não

Com relação a invalidez pode-se concluir que :

[] a invalidez é temporária portanto passível de recuperação significativa ou de cura.

[x] a invalidez é permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura

GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o seguimento ou órgão atingido)

SEGMENTO ANATômICO OU ÓRGÃO AFETADO

1º

2º

3º

4º

5º

1º Fratura de fêmur x no fêmur
2º Cirurgia - osteossintese
3º
4º Incapacidade de 50% - 50%
5º

Afirmo que assisti e/ou avaliei a vítima no período de _____ a _____ e que as respostas acima, são completas e verdadeiras.

LOCAL

DATA

ASSINATURA E CARIMBO

ANEXAR CÓPIAS DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS RELATIVOS AO ACIDENTE

LOCAL

DATA

ASSINATURA DA VITIMA

43

PRONTUÁRIO

Nº 110046

NOME: Francisco Manoel da Silva Freitas IDADE: 33
DATA NASCIMENTO: 08/10/77 ESTADO CIVIL: casado NATURALIDADE: Fortaleza
PROFISSÃO: educador SEXO: Masculino COR: B
RESIDÊNCIA: Rua Amâncio Maranhão, 1368 BAIRRO: Tubulena
CIDADE: _____ ESTADO: CEARA FONE: 088
FILIAÇÃO: Jose Jaci Sampaio de Freitas 88.941919
Adélia Genandina da Silva Freitas
DOCUMENTO: R.G. Nº 3.216.596 ÓRGÃO: SEP DE 09-08
RESPONSÁVEL: Antônio Manoel da Silva Freitas

DATA ENTRADA: <u>23/09/11</u>	HORA: _____	DATA SAÍDA: <u>24/09/11</u>
DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO:		MOTIVO DA ALTA:
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO:		<input type="checkbox"/> CURADO
TRATAMENTO:		<input type="checkbox"/> MELHORANDO
PRINCIPAL:		<input type="checkbox"/> INALTERADO
SECUNDARIA:		<input type="checkbox"/> A PEDIDO
OPERAÇÃO:		<input type="checkbox"/> INTERNADO P/ DIAGNÓSTICO
		<input type="checkbox"/> ADMINISTRAÇÃO
		<input type="checkbox"/> INDISCIPLINA
		<input type="checkbox"/> EVASÃO
		<input type="checkbox"/> COMPLEMENTO AMBULATORIAL
		<input type="checkbox"/> TRANSFERIDO
		<input type="checkbox"/> ÓBITO

HISTÓRICO DA DOENÇA ATUAL E EXAME FÍSICO:
Paciente com fratura
de 3º grau de 3º grau
com 2 fios de Kirsch
interosseos

Médico Responsável: Dr. Josafá Fernandes
Classificação Final: _____
Visto do Diretor Responsável: _____

ATENDIMENTO Nº: 11051258
 EM: 06/08/2011 AS 18:48
 Reg. Geral:

Occup: AGRICULTOR (A) Fone: _____
Sexo: M. Nasc.: 08/10/1977 - 3 _____
TPO Munic.: RUSS _____
Senha: _____

Nome Pat: JOSE
Endimento

DTN
DTN

P.A. = 96 bar

Revised (E)

6

Prezado Arterial

Controle e Faturamento

Guía 11051256 registrada por RAUL

Alcubilla de Voto.

10/16/2009

SUS - SISTEMA UNICO DE GUIA DE ATENDIMENTO

Hospital e Casa de Saúde de Russas
Prof.: FRANCISCO XAVIER MAIA

CIRURGIA GERAL
PEQUENA CIRURGIA/FAE

ATENDIMENTO Nº: 11051256
EM: 06/08/2011 ÀS 18:48
Reg. Geral:

Cliente: 03005927 ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS Ocup: AGRICULTOR(A) Fone:

Endereço: TRAV 25 DE AGOSTO, 591

Sexo: M. Nasc.: 08/10/1977 - 33 A FE: 6:

Compl.: PROX MERCEARIA SAO MIGUEL

Bairro: CENTRO

Munic.: RUSSAS

Matrícula:

Validade: //

Senha:

Nome Mãe: ADELIA GERARDA DA SILVA FREITAS

Nome Pai: JOSE JACO SANTIAGO DE FREITAS

Data e Diagnóstico: 09/05/2011 FERIMENTO

Último Atendimento:

Diagnóstico

Anotações Médicas

Volta para a cirurgia - IN
RA = 96 bpm
FC = 96 bpm
Rx - tórax
Rx - pulmão
54% - 500ml

Conduta

Rx - tórax
Rx - pulmão
54% - 500ml

Peso

Temperatura

Pressão Arterial

Paciente

Atesto a realização do atendimento de acordo com os dados acima.

Controle e Faturamento

Hora do

Atendimento

Ass. Paciente ou Responsável

Digitado
Conferido
Faturado

Guia 11051256 registrada por RAUL

Adelina do Nascimento

Dx 82 mg/dl

06 DEZ. 2011

43

PRONTUÁRIO

Nº 1100416

NOME: Antônio Manoel da Silva Freitas IDADE: 33a
DATA NASCIMENTO: 08/10/1977 ESTADO CIVIL: casado NATURALIDADE: Fortaleza
PROFISSÃO: Pericliton SEXO: Masculino COR: B
RESIDÊNCIA: Rua Amadorio Manoel, 1368 BAIRRO: Tubuleia
CIDADE: Fortaleza ESTADO: CEARA FONE: 6099
FILIAÇÃO: Jose Jacob Subirango de Freitas 88.9419 19
Adélia Genivalda da Silva Freitas
DOCUMENTO: R 6 Nº: 302160596 ÓRGÃO: SCP CE D.E. 09-02
RESPONSÁVEL: Antônio Manoel da Silva Freitas

DATA ENTRADA: <u>23/09/11</u>	HORA: <u>13:20</u>	DATA SAÍDA: <u>24/09/11</u>
DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO:		MOTIVO DA ALTA:
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO:		() CURADO
TRATAMENTO:		() MELHORANDO
PRINCIPA		() INALTERADO
OPERAÇÃO		() A PEDIDO
PRINCIPA		() INTERNADO P/ DIAGNÓSTICO
SECUNDARIA:		() ADMINISTRAÇÃO
		() INDISCIPLINA
		() EVASÃO
		() COMPLEMENTO AMBULATORIO
		() TRANSFERIDO
		() ÓBITO

HISTÓRICO DA DOENÇA ATUAL E EXAME FÍSICO:

Paciente com fratura
de osso do 3º ADI e com
fratura de 2º ADI e com
fratura de 1º ADI e com
fratura de 1º ADI e com

Médico Responsável <u>Dr. Josafá Fernandes</u> Traumato - Ortopedia CREMEC 8239 - CPF: 352.854.712-4	Classificação Final	Visto do Diretor Responsável
---	---------------------	------------------------------

PRONTUÁRIO

Nº 11903943

NOME: Antonio Marcos da Silva Freitas IDADE: 33
DATA NASCIMENTO: 08/10/1977 ESTADO CIVIL: Casado NATURALIDADE: Fortaleza
PROFISSÃO: Agricultor SEXO: Masculino COR:
RESIDÊNCIA: Rua Amarel Magiano 1368 BAIRRO: T. do Lago
CIDADE: RUSSAS ESTADO: Ceará FONE: 9419-1944
FILIAÇÃO: João João Santiago de Freitas e
Adelina Gerarda da Silva Freitas
DOCUMENTO: Rg Nº: 300167 ORGÃO: SSP/CE D.E. 09.02.1996
RESPONSÁVEL: Antônio Marcos da Silva Freitas

DATA ENTRADA: <u>11/08/11</u> HORA: <u>11h</u>	DATA SAÍDA: <u>12/08/11</u>
DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO:	MOTIVO DA ALTA:
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO:	<input type="checkbox"/> CURADO
PRINCIPAL:	<input checked="" type="checkbox"/> MELHORANDO
SECUNDARIA:	<input type="checkbox"/> INALTERADO
OPERACÃO:	<input type="checkbox"/> A PEDIDO
	<input type="checkbox"/> INTERNADO P/ DIAGNÓSTICO
	<input type="checkbox"/> ADMINISTRAÇÃO
	<input type="checkbox"/> INDISCIPLINA
	<input type="checkbox"/> EVASÃO
	<input type="checkbox"/> COMPLEMENTO AMBULATORIAL
	<input type="checkbox"/> TRANSFERIDO
	<input type="checkbox"/> ÓBITO

HISTÓRICO DA DOENÇA ATUAL E EXAME FÍSICO:
Paciente com dor no tornozelo direito, com inchaço e vermelhidão, iniciado há 30 dias, com dificuldade de andar.

Médico Responsável <u>Dr. José Fernandes</u> Reumatologista	Classificação Final	Visto do Diretor Responsável
---	---------------------	------------------------------



BOLETIM DE OPERAÇÃO

REG.:

NOME:

Antonio marcus da Silva Freire

DATA:

12 08

120 11

LEITO

2.2

Diag. clínicos:

Diag. cirúrgico:

CONDIÇÕES DO PACIENTE

Tempo	Pulso	Resp.	P.A.	Gerais

Anestésico:

O que foi feito:

Siseftia 20, 15 E
 Apreensão 20, 15 E
 Tração no 3º
 AD + E
 Redução da fratura
 de calcâneo proximal
 no 3º AD + E, que
 foi fixada com 1
 de fios de sutura
 Quilativo

Contagem compressas:

Dr. José Fernandes
 Traumatismo - Ortopedista

Auxiliar

Dr. Francisco de Assis Bezerra N
 ORT - 887 - CPF - 001.895.593

DECLARAÇÃO

fls. 194

EU, Antônio Marcos da Silva Freitas

ABAIXO ASSINADO, PORTADOR (A) DO RG Nº 2008007035-8,

VENHO POR MEIO DESTA DECLARAR QUE RESIDO NA
Rua Amancio Marinho, Nº 1368

BAIRRO: Planalto, NA CIDADE: Russas

ESTADO: CE, CEP: 62.900.000, TEL: _____

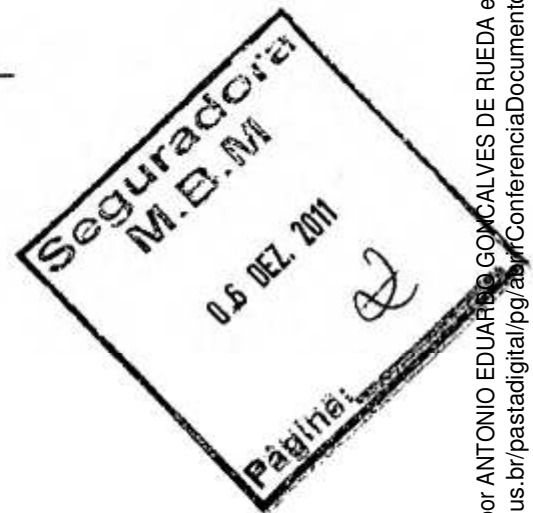
DECLARO SOBRE AS PENAS DA LEI Nº 7.115 DE 29/08/1983, QUE OS
DADOS ACIMA SÃO VERDADEIROS.

E POR SER VERDADE ASSINO A PRESENTE DECLARAÇÃO.

CIDADE E DATA: Russas-CE, 02 de DEZ. 2011

Antônio Marcos da Silva Freitas

ASSINATURA





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

Ouça-se o autor em réplica, no prazo de dez dias.

Fortaleza, 10 de março de 2015.

Antonia Dilce Rodrigues Feijão

Juíza de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

CERTIFICO que recebi, nesta data, da MMª Juíza de Direito desta Vara, o (a) **DESPACHO/DECISÃO INTERLOCUTÓRIA** exarado (a) no presente feito, o (a) qual foi submetida à análise, geração de atos e encaminhamento para o respectivo fluxo de trabalho.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 17 de abril de 2015.

Camila Haide Guedes Picanço
Diretora de Secretaria

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de **atos e transmissão de peças processuais** será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais.**

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau.**

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

R.H.

Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, para fins de realização de perícia médica, por profissional da área médica a ser indicado por aquele Centro, seguida de tentativa conciliatória.

Intime-se a parte autora, por carta, para comparecer a este Fórum, no dia 29/07/2015, às 08:00 horas, munida de documentação de identificação pessoal e outros documentos pertinentes, para fins de realização da perícia, advertindo-se que se considerarão válidas as intimações remetidas para o endereço da parte constante nos autos, na forma do artigo 39, parágrafo único do CPC.

A audiência ocorrerá no mesmo dia, às 09:00 horas, na sala tolerância, mesa 01.

Advirto a parte autora que, intimada na forma acima, não comparecer ao ato e não justificar a ausência, a falta será interpretada como recusa a produção de prova pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento.

Intimem-se os representantes das partes via publicação no DJ.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 13 de maio de 2015.

Antonia Dilce Rodrigues Feijão

Juíza de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

CERTIFICA que recebeu, nesta data, da MMª Juíza de Direito desta Vara, a DECISÃO ou DESPACHO exarado no presente feito, o qual foi submetido à análise, geração de atos e encaminhamento para o respectivo fluxo de trabalho.

O referido é verdade.

Dou fé.

Fortaleza/CE, 18 de maio de 2015.

Cely Pinho de Sá
Analista Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0360/2015, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Rafael de Sousa Rezende Monti (OAB 18044/CE)	D.J
Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)	D.J

Teor do ato: "R.H. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, para fins de realização de perícia médica, por profissional da área médica a ser indicado por aquele Centro, seguida de tentativa conciliatória. Intime-se a parte autora, por carta, para comparecer a este Fórum, no dia 29/07/2015, às 08:00 horas, munida de documentação de identificação pessoal e outros documentos pertinentes, para fins de realização da perícia, advertindo-se que se considerarão válidas as intimações remetidas para o endereço da parte constante nos autos, na forma do artigo 39, parágrafo único do CPC. A audiência ocorrerá no mesmo dia, às 09:00 horas, na sala tolerância, mesa 01. Advirto a parte autora que, intimada na forma acima, não comparecer ao ato e não justificar a ausência, a falta será interpretada como recusa a produção de prova pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Intimem-se os representantes das partes via publicação no DJ. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Fortaleza, 25 de maio de 2015.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

CARTA DE NOTIFICAÇÃO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

Prezado(a) Senhor(a) Antonio Marcos da Silva Freitas

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Antonia Dilce Rodrigues Feijão**, Juiz(a) de Direito da 36ª Vara Cível, tem como finalidade a **NOTIFICAÇÃO** de V.Sa. a fim de comparecer à **Perícia Médica e à Audiência** nos termos da decisão transcrita, em parte, a seguir:

"Intime-se a parte autora, por carta, para comparecer a este Fórum, no dia **29/07/2015, às 08 horas e 00 minutos**, munida de documentação de identificação pessoal e outros documentos pertinentes, para fins de realização da perícia, advertindo-se que se considerarão válidas as intimações remetidas para o endereço da parte constante nos autos, na forma do artigo 39, parágrafo único do CPC. A audiência ocorrerá no mesmo dia, **às 09 horas e 00 minutos, na Sala Tolerância, Mesa 01**. Advirto a parte autora que, intimada na forma acima, não comparecer ao ato e não justificar a ausência, a falta será interpretada como recusa a produção de prova pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento."

Fortaleza/CE, 27 de maio de 2015.

Cely Pinho de Sá

Analista Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).

Antonio Marcos da Silva Freitas
 Rua Amancio Marinho, 1368, Bela Vista
 Russas-CE
 CEP 62900-000

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0360/2015, foi disponibilizado na página 135/137 do Diário da Justiça Eletrônico em 25/05/2015. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 27/05/2015, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Rafael de Sousa Rezende Monti (OAB 18044/CE)	5	01/06/2015
Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)	5	01/06/2015

Teor do ato: "R.H. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, para fins de realização de perícia médica, por profissional da área médica a ser indicado por aquele Centro, seguida de tentativa conciliatória. Intime-se a parte autora, por carta, para comparecer a este Fórum, no dia 29/07/2015, às 08:00 horas, munida de documentação de identificação pessoal e outros documentos pertinentes, para fins de realização da perícia, advertindo-se que se considerarão válidas as intimações remetidas para o endereço da parte constante nos autos, na forma do artigo 39, parágrafo único do CPC. A audiência ocorrerá no mesmo dia, às 09:00 horas, na sala tolerância, mesa 01. Advirto a parte autora que, intimada na forma acima, não comparecer ao ato e não justificar a ausência, a falta será interpretada como recusa a produção de prova pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Intimem-se os representantes das partes via publicação no DJ. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Fortaleza, 29 de maio de 2015.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, que realizei a evolução de classe e registrei no sistema a concessão da justiça gratuita, tudo conforme decisão judicial. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 21 de julho de 2015.

Cely Pinho de Sá
Analista Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que o processo foi remetido à Central de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 21 de julho de 2015.

Cely Pinho de Sá
Analista Judiciário
 Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.





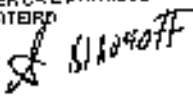
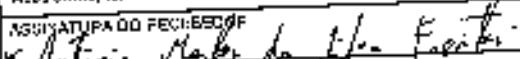
• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

 CORREIOS		AR		AVISO DE RECEBIMENTO	
DESTINATÁRIO Antônio Marcos de Silva Freitas Rua Amâncio Marinho, 1388, Bela Vista 69600-000, Roraima, CE					
AR381565142T2 					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Secretaria de 5ª Vara Civil de Fortaleza Rua Desembargador Floriano Benavides Magalhães Escob Quadrou 60811-680, Fortaleza, CE					
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ 2ª ____/____/____ 3ª ____/____/____		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) 0055167419 2014 00080001-0003 (Proc. digital)			
		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1. Não entregue <input type="checkbox"/> 2. Endereço incorreto <input type="checkbox"/> 3. Não encontrado <input type="checkbox"/> 4. Outrossim		ASSINATURA E MATRÍCULA DO CARTERO 	
ATENÇÃO Após 3 (três) tentativas de entrega, o AR será devolvido ao remetente.		<input type="checkbox"/> 5. Recusado <input type="checkbox"/> 6. Não assinado <input type="checkbox"/> 7. Ausente <input type="checkbox"/> 8. Outro			
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA ENTREGA 29/06/15	
NOME DO RECEBEDOR Antônio Marcos de Silva Freitas				Nº DO CC IDENTIFICADORA 20080070358	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE JUNTADA

Processo nº **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

CERTIFICO que o (s) Aviso (s) de Recebimento (s) (AR) referente (s) às folhas 204 foi (ram) juntado (s) nos autos digitais na data 31/07/2015.

Fortaleza/CE, 31 de julho de 2015.

Cely Pinho de Sá
Analista Judiciário
 Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

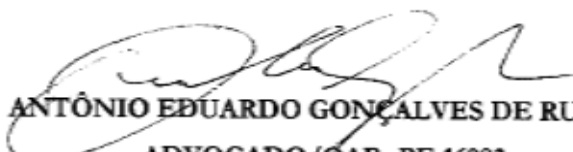
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA - CEARÁ**

Processo n.º 0855157-89.2014.8.06.0001

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, neste ato representada pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa Seguradora já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, movido por **ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS**, vem respeitosa e tempestivamente perante Vossa Excelência **requerer a juntada do comprovante de cumprimento de acordo**, o qual foi realizado pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, naquele ato representante da seguradora demandada, por força do consórcio de seguros DPVAT, **para que produza seus efeitos legais**.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Fortaleza/CE, 02 de Setembro de 2015.



ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

RECIBO

RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI, brasileiro(a), advogado(a), devidamente inscrito(a) na OAB/CE 18.044, DECLARA para os devidos fins de direito que recebeu neste ato da **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.**, atualmente denominada de **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, neste ato representada pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, a importância de R\$ 2.775,52 (dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), representada pela lâmina de cheque n.º 161565, do Banco do Brasil S.A., Agência 1769-8, nominal a **ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS**, consoante acordo formalizado nos autos do processo n.º 0855157-89.2014.8.06.0001, em trâmite na 36ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, onde contendem **ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS** e **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.**, atualmente denominada de **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, neste ato representada pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, dando neste momento total, plena, rasa e irrevogável quitação, nada mais tendo a exigir relativamente ao Seguro Obrigatório DPVAT decorrente do acidente automobilístico referente nos autos, inclusive no que se refere aos honorários de sucumbência.

Firmo o presente para que surtam todos os efeitos jurídicos necessários.


01 de Setembro
FORTALEZA/CE, 26 de Agosto de 2015.


RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI
OAB/CE 18.044

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **com reservas**, os poderes que lhe foram conferidos por, SABEMI SEGURADORA S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; ESSOR SEGUROS S.A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ARUANA SEGUROS S/A; BTG PACTUAL SEGURADORA S.A.; AUSTRAL SEGURADORA S.A.; ARGO SEGUROS BRASIL S.A.; UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A; SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; ANGELUS SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; SUHAI SEGUROS S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA. DE SEGUROS; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ICATU SEGUROS S/A; COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; PQ SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS; CAIXA SEGURADORA S/A; VANGUARDA CIA. DE SEGUROS GERAIS; MAPFRE VIDA S/A; COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS; MARÍTIMA SEGUROS S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MBM SEGURADORA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; VIDA SEGURADORA S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ALFA SEGURADORA S/A; ACE SEGURADORA S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; PAN SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; GENTE SEGURADORA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; BMG SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; FEDERAL SEGUROS S/A; BRADESCO SEGUROS S/A, ao advogado **MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/PE sob o nº 23.748, com endereço profissional na Rua Condado, 77, Parnamirim-PE, CEP.: 52060-080, e **LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA**, brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na OAB/CE sob o nº 29.743, com endereço profissional na Avenida Washington Soares, 855, Fortaleza-CE, com poderes para ter acesso aos autos para carga, cópia, transigir, realizar audiência, praticar os atos necessários para o fiel cumprimento deste substabelecimento, nos autos deste processo, tendo o presente termo vigência para protocolo em até 1 (um) ano após a data de sua assinatura, caso não protocolado aos autos.

Recife/PE, 21 de julho de 2014.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
 ADVOGADO/OAB- PE 16983

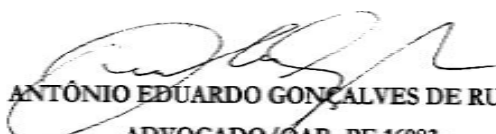
**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 36ª
VARA DA COMARCA DE FORTALEZA - CEARÁ**

REF. PROCESSO Nº 0855157-89.2014.8.06.0001

**MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, neste ato representada pela
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA, já devidamente
qualificadas nos autos do processo em epígrafe, movido por **ANTONIO MARCOS DA
SILVA FREITAS**, vem respeitosa e tempestivamente perante Vossa Excelência,
**requerer a juntada do comprovante de pagamento das custas finais para que
produza seus efeitos legais.****


Nestes termos, pede e espera deferimento.

Fortaleza/CE, 03 de Setembro de 2015.




ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

 DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ GUIA DE RECOLHIMENTO - DPGC		DPGC- GUIA DE RECOLHIMENTO DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000456 - 36ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA	2 - DATA EMISSÃO 28/08/2015	
	3 - SEQUENCIAL GUIA 0000290	
4 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A	5 - PROCESSO/PROTOCOLO 08551578920148060001	
6 - NATUREZA DA AÇÃO SEGURO OBRIGATORIO DPVAT	7 - VALOR DA CAUSA 13.500.00	
8 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 930 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ	9 - VALOR A RECOLHER 110.99	
10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.		VIA PROCESSO Autenticação no Verso ou Lateral Direita
11- CÓDIGO DE BARRAS		
86760000001-4 10990522005-8 50004560000-3 29096093000-3		

 DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ GUIA DE RECOLHIMENTO - DPGC		DPGC- GUIA DE RECOLHIMENTO DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000456 - 36ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA	2 - DATA EMISSÃO 28/08/2015	
	3 - SEQUENCIAL GUIA 0000290	
4 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A	5 - PROCESSO/PROTOCOLO 08551578920148060001	
6 - NATUREZA DA AÇÃO SEGURO OBRIGATORIO DPVAT	7 - VALOR DA CAUSA 13.500.00	
8 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 930 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ	9 - VALOR A RECOLHER 110.99	
10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.		VIA CLIENTE Autenticação no Verso ou Lateral Direita

 DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ GUIA DE RECOLHIMENTO - DPGC		DPGC- GUIA DE RECOLHIMENTO DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000456 - 36ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA	2 - DATA EMISSÃO 28/08/2015	
	3 - SEQUENCIAL GUIA 0000290	
4 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A	5 - PROCESSO/PROTOCOLO 08551578920148060001	
6 - NATUREZA DA AÇÃO SEGURO OBRIGATORIO DPVAT	7 - VALOR DA CAUSA 13.500.00	
8 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 930 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ	9 - VALOR A RECOLHER 110.99	
10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.		VIA BANCO Autenticação no Verso ou Lateral Direita
11- CÓDIGO DE BARRAS		
86760000001-4 10990522005-8 50004560000-3 29096093000-3		
		

 ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU		GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000456 - 36ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA			2 - VENCIMENTO 27/09/2015		
			3 - DATA EMISSÃO 28/08/2015		
			4 - SEQUENCIAL GUIA 0000394		
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A			6 - PROCESSO/PROTOCOLO 08551578920148060001		
7 - NATUREZA DA AÇÃO SEGURO OBRIGATORIO DPVAT			8 - VALOR DA CAUSA 13.500,00		
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 161-CUSTAS PROCESSUAIS			10 - VALOR A RECOLHER 971.12		
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site Tribunal de Justiça . Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.			VIA PROCESSO Autenticação no Verso ou Lateral Direita		
12 - CÓDIGO DE BARRAS					
85620000009-4 71120148201-7 50927000456-7 00003942161-5					

 ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU		GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000456 - 36ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA			2 - VENCIMENTO 27/09/2015		
			3 - DATA EMISSÃO 28/08/2015		
			4 - SEQUENCIAL GUIA 0000394		
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A			6 - PROCESSO/PROTOCOLO 08551578920148060001		
7 - NATUREZA DA AÇÃO SEGURO OBRIGATORIO DPVAT			8 - VALOR DA CAUSA 13.500,00		
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 161-CUSTAS PROCESSUAIS			10 - VALOR A RECOLHER 971.12		
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site Tribunal de Justiça . Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.			VIA CLIENTE Autenticação no Verso ou Lateral Direita		

 ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		FERMOJU		GRF- GUIA DE RECOLHIMENTO FERMOJU Judicial	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA: 000456 - 36ª VARA CÍVEL Comarca: FORTALEZA			2 - VENCIMENTO 27/09/2015		
			3 - DATA EMISSÃO 28/08/2015		
			4 - SEQUENCIAL GUIA 0000394		
5 - RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A			6 - PROCESSO/PROTOCOLO 08551578920148060001		
7 - NATUREZA DA AÇÃO SEGURO OBRIGATORIO DPVAT			8 - VALOR DA CAUSA 13.500,00		
9 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA 161-CUSTAS PROCESSUAIS			10 - VALOR A RECOLHER 971.12		
11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Documento válido até o VENCIMENTO. Após VENCIMENTO emitir nova Guia Através do site Tribunal de Justiça . Esta guia poderá ser paga nas agências do BB, CEF e agentes conveniados.			VIA BANCO Autenticação no Verso ou Lateral Direita		
12 - CÓDIGO DE BARRAS					
85620000009-4 71120148201-7 50927000456-7 00003942161-5					
					

**Outros convênios**A33G311348538557047
31/08/2015 14:12:45

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
31/08/2015 - AUTO-ATENDIMENTO - 14.12.47
1509101509

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: RUEDA & RUEDA ADVOGADOS
AGENCIA: 1509-1 CONTA: 43.904-5
EFETUADO POR: LADJANE G RUEDA

=====

Convenio	FERMOJU	CUSTAS JUDICIAIS
Codigo de Barras	85620000009-4	71120148201-7
	50927000456-7	00003942161-5

Data do pagamento	31/08/2015
Valor em Dinheiro	971,12
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	971,12

=====

DOCUMENTO: 083138
AUTENTICACAO SISBB:
A.4F4.9DD.0AD.B4C.48D

Transação efetuada com sucesso por: J9499344 LADJANE GONCALVES DE RUEDA.

**Outros convênios**A33G311348538557049
31/08/2015 14:13:31

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
31/08/2015 - AUTO-ATENDIMENTO - 14.13.33
1509101509

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: RUEDA & RUEDA ADVOGADOS
AGENCIA: 1509-1 CONTA: 43.904-5
EFETUADO POR: LADJANE G RUEDA

=====

Convenio	DEFENSORIA PUBLICA/FAADEP
Codigo de Barras	86760000001-4 10990522005-8
	50004560000-3 29096093000-3

Data do pagamento	31/08/2015
Valor em Dinheiro	110,99
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	110,99

=====


DOCUMENTO: 083139
AUTENTICACAO SISBB:
C.0F4.72A.8FD.07E.145

Transação efetuada com sucesso por: J9499344 LADJANE GONCALVES DE RUEDA.

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **com reservas**, os poderes que lhe foram conferidos por, SABEMI SEGURADORA S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; ESSOR SEGUROS S.A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ARUANA SEGUROS S/A; BTG PACTUAL SEGURADORA S.A.; AUSTRAL SEGURADORA S.A.; ARGO SEGUROS BRASIL S.A.; UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A; SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; ANGELUS SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; SUHAI SEGUROS S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA. DE SEGUROS; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ICATU SEGUROS S/A; COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; PQ SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS; CAIXA SEGURADORA S/A; VANGUARDA CIA. DE SEGUROS GERAIS; MAPFRE VIDA S/A; COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS; MARÍTIMA SEGUROS S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MBM SEGURADORA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; VIDA SEGURADORA S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ALFA SEGURADORA S/A; ACE SEGURADORA S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; PAN SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; GENTE SEGURADORA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; BMG SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; FEDERAL SEGUROS S/A; BRADESCO SEGUROS S/A, ao advogado **MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/PE sob o nº 23.748, com endereço profissional na Rua Condado, 77, Parnamirim-PE, CEP.: 52060-080, e **LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA**, brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na OAB/CE sob o nº 29.743, com endereço profissional na Avenida Washington Soares, 855, Fortaleza-CE, com poderes para ter acesso aos autos para carga, cópia, transigir, realizar audiência, praticar os atos necessários para o fiel cumprimento deste substabelecimento, nos autos deste processo, tendo o presente termo vigência para protocolo em até 1 (um) ano após a data de sua assinatura, caso não protocolado aos autos.

Recife/PE, 21 de julho de 2014.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
 ADVOGADO/OAB- PE 16983

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA - CEARÁ.**

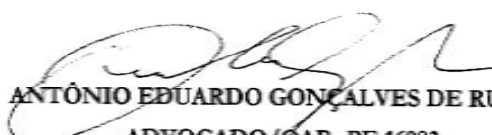
Processo n.º 0855157-89.2014.8.06.0001

MAPFRE SEGURADORA S.A., neste ato representada pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, já qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, movida por **ANTONIO MARCOS DA SILVA FREITAS**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, juntar aos autos o Termo da Audiência realizada no Mutirão DPVAT, na data de 29 de Julho de 2015, oportunidade em que as partes celebraram acordo, tendo sido este já homologado pelo Juízo.

Requer, ainda, a ora peticionante que seja observado o nome do patrono **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/CE n.º 30.149-A**, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos, pede deferimento.

Fortaleza/CE, 15 de Setembro de 2015.



ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983



ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE FORTALEZA
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

Autos nº 08551578920148060001
VARA DE ORIGEM: 36ª Vara Cível
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - DPVAT

Requerente: Antonio Marcos da Silva Freitas
Advogado: Rafael de Sousa Rezende Monti, OAB/CE 18044
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, na pessoa de seu/sua preposto(a), Sr(a). Wladimir Romulo de Sousa Costa, CPF 027.054.904-85; Mirella F. R. Santos, CPF 065.327.974-48; Monica Mathias de Lyra CPF 108.484.137-17; Kellen dos Santos Drummond Francklin CPF 058.636.757-80; Luis Ricardo de Queiroz Ferreira CPF 039.823.343-81
Advogado: Ana Carolina dos Anjos, OAB/CE 18348
Conciliador: Beatriz de Araújo Gondim Feitosa

**TERMO DE AUDIÊNCIA
MUTIRÃO DPVAT**

Aos **29 de Julho de 2015**, às **10:33**, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, Fortaleza, Ceará, por ocasião do **MUTIRÃO DPVAT**, presente o(a) MM. Juiz(a) de Direito **Natália Almino Gondim**, e o(a)(s) conciliador(a)(s), abaixo assinados, foi determinado o pregão das partes, estando presentes as partes e advogados acima assinalados.
Aberta a audiência e proposta a conciliação, as partes chegaram ao seguinte acordo:

- 1) A Seguradora Líder do Consórcio de Seguros DPVAT, como gestora dos Consórcios DPVAT, pagará à parte autora
- a importância **TOTAL de R\$ 2.775,52**
- sendo o valor de **R\$ 2.523,20 em favor do autor(a);**
- e o valor **R\$ 252,32, referentes a honorários;**
- 2) O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias úteis após a homologação judicial, através de cheque nominal à parte promovedor. O autor, desde já, autoriza seu patrono a retirar no escritório correspondente da Seguradora Líder o cheque nominal em seu nome.
- 3) Em caso de descumprimento do prazo de pagamento, incidirá multa de 5% sobre o valor acordado, sem prejuízo da correção monetária até a data do efetivo cumprimento.
- 4) Na hipótese de não comparecimento do advogado do(a) autor(a) para recebimento do cheque, a promovida comunicará o fato ao juízo após cinco dias do término do prazo estabelecido.
- 5) Uma vez cumprido o acordo, a parte credora dá à parte devedora total quitação relativamente ao pedido formulado na inicial, nada mais tendo a reclamar.
- 6) As partes renunciaram ao prazo recursal.

Pelo(a) Juiz(a) foi proferida a seguinte sentença: **"HOMOLOGO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes e, por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do art. 269, III do CPC. Custas pela requerida na forma prevista em lei. Após o pagamento, arquivem-se os autos. Dou esta por publicada em audiência, ficando dela intimados os presentes. Registre-se"**. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente subscrito pelos presentes.

Juiz(a) de Direito:

Conciliador:

Autor(a):

Adv/requerente:


Requerido:

Adv.requerido:

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **com reservas**, os poderes que lhe foram conferidos por, SABEMI SEGURADORA S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; ESSOR SEGUROS S.A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ARUANA SEGUROS S/A; BTG PACTUAL SEGURADORA S.A.; AUSTRAL SEGURADORA S.A.; ARGO SEGUROS BRASIL S.A.; UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A; SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; ANGELUS SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; SUHAI SEGUROS S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA. DE SEGUROS; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ICATU SEGUROS S/A; COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; PQ SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS; CAIXA SEGURADORA S/A; VANGUARDA CIA. DE SEGUROS GERAIS; MAPFRE VIDA S/A; COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS; MARÍTIMA SEGUROS S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MBM SEGURADORA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; VIDA SEGURADORA S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ALFA SEGURADORA S/A; ACE SEGURADORA S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; PAN SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; GENTE SEGURADORA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; BMG SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; FEDERAL SEGUROS S/A; BRADESCO SEGUROS S/A, ao advogado **MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/PE sob o nº 23.748, com endereço profissional na Rua Condado, 77, Parnamirim-PE, CEP.: 52060-080, e **LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA**, brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na OAB/CE sob o nº 29.743, com endereço profissional na Avenida Washington Soares, 855, Fortaleza-CE, com poderes para ter acesso aos autos para carga, cópia, transigir, realizar audiência, praticar os atos necessários para o fiel cumprimento deste substabelecimento, nos autos deste processo, tendo o presente termo vigência para protocolo em até 1 (um) ano após a data de sua assinatura, caso não protocolado aos autos.

Recife/PE, 21 de julho de 2014.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
 ADVOGADO/OAB- PE 16983

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e CidadaniaRua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, entre blocos, nível 2A-Leste.
Fone: (85) 3492 8030, Fortaleza-CE - E-mail: centraldeconcfcb@tjce.jus.br**CERTIDÃO**

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
Apenso:
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo**
Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**

CERTIFICA-SE, face às prerrogativas por lei conferidas, que devolvo os presentes autos à Secretaria de Origem, para que seja providenciado a importação dos termos e a necessária movimentação processual.

Fortaleza/CE, 21 de setembro de 2015.

Helder Cesar de Sousa Assunção
Conciliador



ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE FORTALEZA
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

Autos nº 08551578920148060001
VARA DE ORIGEM: 36ª Vara Cível
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - DPVAT

Requerente: Antônio Marcos da Silva Freitas
Advogado: Rafael de Sousa Rezende Monti, OAB/CE 18044
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, na pessoa de seu/sua preposto(a), Sr(a).
Wladimir Romulo de Sousa Costa, CPF 027.054.904-85; Mirella F. R. Santos, CPF 065.327.974-48; Monica
Mathias de Lyra CPF 108.484.137-17; Kellen dos Santos Drummond Franklin CPF 058.636.757-80; Luis
Ricardo de Queiroz Ferreira CPF 039.823.343-81
Advogado: Ana Carolina dos Anjos, OAB/CE 18348
Conciliador: Beatriz de Araújo Gondim Feitosa

**TERMO DE AUDIÊNCIA
MUTIRÃO DPVAT**

Aos **29 de Julho de 2015**, às **10:33**, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, Fortaleza, Ceará, por ocasião do **MUTIRÃO DPVAT**, presente o(a) MM. Juiz(a) de Direito **Natália Almino Gondim**, e o(a)(s) conciliador(a)(s), abaixo assinados, foi determinado o pregão das partes, estando presentes as partes e advogados adma assinalados. Aberta a audiência e proposta a conciliação, as partes chegaram ao seguinte acordo:

- 1) A Seguradora Líder do Consórcio de Seguros DPVAT, como gestora dos Consórcios DPVAT, pagará à parte autora
- a importância **TOTAL de R\$ 2.775,52**
- sendo o valor de **R\$ 2.523,20 em favor do autor(a);**
- e o valor **R\$ 252,32, referentes a honorários;**
- 2) O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias úteis após a homologação judicial, através de cheque nominal à parte promovente. O autor, desde já, autoriza seu patrono a retirar no escritório correspondente da Seguradora Líder o cheque nominal em seu nome.
- 3) Em caso de descumprimento do prazo de pagamento, incidirá multa de 5% sobre o valor acordado, sem prejuízo da correção monetária até a data do efetivo cumprimento.
- 4) Na hipótese de não comparecimento do advogado do(a) autor(a) para recebimento do cheque, a promovida comunicará o fato ao juízo após cinco dias do término do prazo estabelecido.
- 5) Uma vez cumprido o acordo, a parte credora dá à parte devedora total quitação relativamente ao pedido formulado na inicial, nada mais tendo a reclamar.
- 6) As partes renunciam ao prazo recursal.

Pelo(a) Juiz(a) foi proferida a seguinte sentença: "**HOMOLOGO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes e, por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do art. 269, III do CPC. Custas pela requerida na forma prevista em lei. Após o pagamento, arquivem-se os autos. Dou esta por publicada em audiência, ficando dela intimados os presentes. Registre-se**". Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente subscrito pelos presentes.

Juiz(a) de Direito:

Autor(a):

Requerido:

Conciliador:

Adv/requerente:

Adv.requerido:

/AVALIAÇÃO PERICIAL

31 da lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a lei 6.194 de 14/12/1974

INFORMAÇÕES DA VÍTIMANome completo: Antônio Marcos da Silva FreitasCPF: 773.473.743-81Endereço completo: Rua Amândio Marinho, 4368, Planalto da Bela Vista, Russas/CE**INFORMAÇÕES DO ACIDENTE**Local: Russas/CEData do acidente: 06/08/2014**CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

1. Declaro-me ciente da nomeação dos peritos judiciais, os Drs. DR. JOSEBSON SILVA DIAS, CREMEC 8291, ANTONIO ENÉAS RODRIGUES BEZERRA DE MENEZES, CREMEC 3792, , DR. JOSÉ GLAUBER ARAÚJO MOTA, CRM 8122, DR RAFAEL PONTES DE SIQUEIRA, CRM 7535, DRA. VIVIANY OLIVEIRA DE AQUINO, CRM 7096 e que me considero ciente e aceito a realização do exame por meio clínico, não havendo necessidade de profissional especializado, salvo se assim determinado pelo perito judicial.

Fortaleza,

Assinatura do advogado

1. Declaro-me ciente do exposto no item 1.

2. Declaro que as informações de vítima e do acidente acima indicadas, são verdadeiras e que compareci neste ato, por livre e espontânea vontade, para realização de perícia judicial.

Fortaleza,

Assinatura da vítima

AVALIAÇÃO MÉDICA

Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de terrestre?

☒ Sim () Não () Prejudicado

prosseguir em caso de resposta positiva

Descrever o quadro clínico atual informado:

qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometido(s):

3º DITO ESQUERDO (Acumulado)

as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando as medidas terapêuticas tomadas na fase agudo trauma.

Justifica-se 3º DITO DA MÃO ESQUERDA (TO)

há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação

Sim ☒ Não

SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Seguindo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) () Disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anômico/ ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de anômico/ ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas no patrimônio físico da vítima budeli e sequelas de dano anômico da
força do UAC e intenso

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento faz-se necessário exame complementar?

() Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados:

VI) Segundo o previsto na lei 11.945 de 4 de julho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando segundo o anexo constante à lei 11.945/09 o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) () Total (dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima) **Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:**

b.1 () Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)]

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima segundo o previsto na alínea II §1º do art 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão Não Equivale () 10% residual () 25% leve ☒ 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão _____ () 10% residual () 25% leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão _____ () 10% residual () 25% leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão _____ () 10% residual () 25% leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados :

SAUDESEG
Dr. Leonardo Neves
CRM/PE 17742

Josebson Silva Dias
Médico PE/1º Legista
CRM-CE 6297MAT.219-1-1

Fortaleza 29/03/15

Assinatura do médico – CRM:

Observações: eventuais informações complementares deverão constar de folha anexa, com referência à sua existência nesta.

IV) Seguindo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) () Disfunções apenas temporárias
- b) (X) dano anatômico/ ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de anatômico/ ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas no patrimônio físico da vítima - Evitar a realização de exercícios físicos intensos
por causa da UAC e pneumonia

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento faz-se necessário exame complementar?

- () Sim, em que prazo:
- (X) Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados:

VI) Segundo o previsto na lei 11.945 de 4 de julho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando segundo o anexo constante à lei 11.945/09 o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) () Total (dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)
- b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima) **Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:**
 - b.1 () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)
 - b.2 (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)]

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima segundo o previsto na alínea II §1º do art 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	<u>Na Face</u> () 10% residual () 25% leve (X) 50% Média () 75% Intensa
2ª Lesão	_____ () 10% residual () 25% leve () 50% Média () 75% Intensa
3ª Lesão	_____ () 10% residual () 25% leve () 50% Média () 75% Intensa
4ª Lesão	_____ () 10% residual () 25% leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados :

Fortaleza 29/07/15

SAUDESEG
Dr. Leonardo Neves
CRM/PE 17742

Josebson Silva Dias
Médico Perito Legista
CRM-GE 8291 MAT: 218-1-1

Assinatura do médico – CRM:

Observações: eventuais informações complementares deverão constar de folha anexa, com referência à sua existência nesta.

Vara : 36ª VC

Audiência: 09:00h

/ALIAÇÃO PERICIAL

31 da lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a lei 6.194 de 14/12/1974

INFORMAÇÕES DA VÍTIMANome completo: Antônio Marcos da Silva FreitasCPF: 778.473.743-91Endereço completo: Rua Amâncio Maciel, 4568, Planalto da Bela Vista, Russas/CE**INFORMAÇÕES DO ACIDENTE**Local: Russas/CEData do acidente: 06/08/2014**CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

1. Declaro-me ciente da nomeação dos peritos judiciais, os Drs. DR. JOSEBSON SILVA DIAS, CREMEC 8291, ANTONIO ENÉAS RODRIGUES BEZERRA DE MENEZES, CREMEC 3792, DR. JOSÉ GLAUBER ARAÚJO MOTA, CRM 8122, DR RAFAEL PONTES DE SIQUEIRA, CRM 7535, DRA. VIVIANY OLIVEIRA DE AQUINO, CRM 7096 e que me considero ciente e aceito a realização do exame por meio clínico, não havendo necessidade de profissional especializado, salvo se assim determinado pelo perito judicial.

Fortaleza,

Assinatura do advogado

1. Declaro-me ciente do exposto no item 1.
2. Declaro que as informações de vítima e do acidente acima indicadas, são verdadeiras e que compareci neste ato, por livre e espontânea vontade, para realização de perícia judicial.

Fortaleza,

Antônio Marcos da Silva Freitas

Assinatura da vítima

AVALIAÇÃO MÉDICA

Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim () Não () Prejudicado

prosseguir em caso de resposta positiva

Descrever o quadro clínico atual informado:

qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometido(s):

3º Dº isolar (acreditado)

As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando as medidas terapêuticas tomadas na fase agudado trauma.

história do 3º Dº da mãe é acreditado

há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação

☒ Sim ☐ Não

SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

PARECER - ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LÍDER - DPVAT

JUSTIFICATIVAS Empresa Médica: SaudeSeg - Sistemas de Saude Ltda

Vítima:

Processo:

Vara:

Pasta:

- () Mantida / em conformidade a avaliação médica administrativa
 (X) Agravamento
 () Nova lesão
 () Divergência na aplicação da tabela legal

JUSTIFICATIVA:

Seu laudo afirma: limitação de movimento do membro superior direito e dor no ombro direito.

SAUDESEG
 Dr. Leonardo Neves
 CRM-PE 17742

Data:

29/07/15

Assinatura do médico assistente - CRM



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, que o Termo de Audiência acostado às folhas 219/224 foi juntado nesta data. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 22 de setembro de 2015.

Cely Pinho de Sá
Analista Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

36ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8427, Fortaleza-CE - E-mail: for36cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo nº: **0855157-89.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Contratos de Consumo**
 Requerente: **Antonio Marcos da Silva Freitas**
 Requerido: **Mapfre Seguradora S.a e outro**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que a sentença de fls. 219 transitou em julgado em 29/07/2015.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 22 de setembro de 2015.

Cely Pinho de Sá
Analista Judiciário
 Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.